

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	20
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	24
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	26
2.5 Medições não contábeis	30
2.6 Eventos subsequentes as DFs	32
2.7 Destinação de resultados	33
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	46
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	47
5.2 Descrição dos controles internos	55
5.3 Programa de integridade	58
5.4 Alterações significativas	62
5.5 Outras informações relevantes	65

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Comentários dos diretores sobre:

As informações financeiras da Companhia, incluídas neste item, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas auditadas, exceto quando expressamente ressalvadas. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM e estão em conformidade com a *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.oi.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Em 2022, a Companhia entregou duas etapas importantes de seu Plano Estratégico de transformação, com a conclusão da venda da operação móvel e alienação parcial da infraestrutura de fibra ótica, operada agora pela V.tal. O resultado consolidado foi impactado até março de 2022 pelo segmento de mobilidade e até maio de 2022 pela operação de infraestrutura. Dessa forma, a comparabilidade das informações em relação ao ano anterior tem um impacto material decorrente dessas operações de desinvestimento¹.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Oi entendem que ao longo de 2022, a Companhia avançou em etapas fundamentais de seu Plano Estratégico de Transformação (i) assegurando a realização de eventos de liquidez importantes, através de complexos processos de venda de ativos, para garantir a aceleração de seu negócio *core*, ao mesmo tempo em que reduziu de forma significativa a sua dívida consolidada; (ii) implementando a separação estrutural da operação de infraestrutura de fibra e criando a primeira rede neutra de fibra ótica do Brasil, a V.tal; e (iii) iniciando a fase de transição para uma estrutura organizacional leve e simples, operando um novo modelo, mais ágil e flexível, para atendimento à crescente demanda por serviços digitais no país.

Ainda que a Companhia tenha avançado nestas entregas, cumprindo com estes marcos, para continuidade do seu processo de recuperação ainda são necessárias ações adicionais, sobretudo em função de uma conjunção de fatores externos que impactaram o ritmo de melhora no seu perfil de endividamento, apresentando assim condições financeiras e patrimoniais desafiadoras no curto prazo, a citar (i) cenário macro mais desafiador, com desvalorização do real frente ao dólar e aumento de juros elevando as despesas financeiras; (ii) alongamento dos prazos esperados para conclusão das vendas de ativos, resultando em maior consumo de Capex e despesas adicionais com juros de dívidas cujos pagamentos eram associados a estes fechamentos; (iii) elevada aceitação na oferta pública obrigatória pelas *Senior Secured Notes* com vencimento em 2026 ("*Bond 2026*"), equivalente a R\$4,4 bilhões; e (iv) declínio mais acelerado das receitas de telefonia fixa, sem a contrapartida de flexibilização regulatória para adequação das obrigações.

¹ Informações adicionais sobre as alienações disponíveis no item 2.4.a.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Desta forma, na avaliação da Diretoria, a sustentabilidade de longo prazo da Companhia passa pela gestão da sua estrutura de capital, buscando reduzir seu endividamento, obter maior equilíbrio entre vencimentos e custo da dívida e levantar liquidez para endereçar necessidades de financiamento de curto prazo, alavancando-se para tanto em seus ativos, principalmente a participação na V.tal.

Endividamento e Índices de Liquidez

Em milhões de Reais	2022	2021	Variação % (A/A)
Ativo circulante	9.551	44.634	-78,6%
Passivo circulante	10.185	26.397	-61,4%
Liquidez corrente	0,94	1,69	-44,5%
Ativo total	29.616	76.035	-61,0%
Passivo circulante + não circulante	51.462	78.673	-34,6%
Passivo a descoberto	(21.846)	(2.638)	728,1%
Liquidez geral	0,58	0,97	-40,5%
Nível de endividamento	173,8%	103,5%	70,3pp
Dívida bruta (Valor justo) ¹	22.302	35.860	-37,8%
Dívida bruta (Valor de face) ¹	34.963	50.425	-30,7%
Caixa e equivalentes de caixa ¹	3.223	3.288	-2,0%
Dívida líquida (Valor justo)	19.079	32.573	-41,4%
Dívida líquida (Valor de face)	31.740	47.138	-32,7%
EBITDA de rotina ²	2.204	5.495	-59,9%

Nota: Balanço Patrimonial referente às operações continuadas. (1) Inclui caixa e dívida das operações descontinuadas (operação móvel e InfraCo); (2) Visão gerencial, excluindo efeitos não rotina, tais como ganho com a conclusão das alienações da UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo; venda de imóveis; rescisões relacionadas ao processo de adequação operacional; provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos ("impairment") de vida útil definida, relativos aos serviços legados.

Potencial Reestruturação das Dívidas

Em 27 de outubro de 2022, a Companhia informou ao mercado que contratou a Moelis & Company para auxiliá-la em discussões e tratativas envolvendo uma potencial renegociação de certas dívidas, com vistas à otimização de liquidez e melhora do seu perfil de endividamento, mantendo seu compromisso de prosseguir com a execução de seu Plano Estratégico de Transformação, em observância ao Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), conforme alterado pelo Aditamento ao PRJ, que inclui implementar todas as ações necessárias para reestabelecer sua viabilidade de longo prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Desde então, a Companhia celebrou acordos de confidencialidade com alguns credores e divulgou determinadas informações relevantes e não públicas no contexto das discussões e tratativas envolvendo esta potencial renegociação. Ao final do período de confidencialidade previsto nos acordos celebrados, estas informações foram divulgadas ao mercado por meio de Fatos Relevantes em 31 de dezembro de 2022, 02 de março de 2023 e 21 de abril de 2023.

Ainda em 02 de março de 2023, a Companhia informou que chegou a um acordo com um grupo de seus principais credores financeiros, representando a maioria (i) dos detentores de 10%/12% *Senior PIK Toggle Notes* com vencimento em 2025 emitidas pela Oi, em 27 de julho de 2018 ("*Bond 2025*"); e (ii) dos titulares de créditos originários de contratos celebrados com agências de crédito à exportação (*Export Credit Agencies*, "ECAs"), sobre os principais termos e condições comerciais para a reestruturação de certas dívidas e um financiamento de longo prazo que contempla, o financiamento extraconcursal em favor da Companhia, na modalidade *debtor-in-possession* ("DIP"), no valor de US\$275 milhões, para suportar as suas operações em andamento.

E, em 21 de abril de 2023, a Companhia anunciou a assinatura do acordo para concessão do financiamento DIP, pelos credores acima mencionados, assegurando suas necessidades de financiamento de curtíssimo prazo. A Companhia continua negociando a documentação definitiva para um acordo de apoio à reestruturação e *lock-up* acordado com a maioria dos Credores Financeiros do *Bond 2025* e ECAs (*Restructuring Support Agreement*, RSA), a fim de facilitar a implementação de uma proposta de reestruturação financeira de longo prazo para apoiar as operações em andamento. Conforme os termos do RSA, os credores se comprometerão a apoiar e a votar em favor de um novo Plano de Recuperação Judicial pré-acordado nos termos descritos nos *term sheets*, apresentado pela Companhia no contexto da Nova Recuperação Judicial (informações complementares no item 2.1.c).

A Diretoria da Companhia acredita que a Proposta de Reestruturação irá melhorar de forma abrangente o seu balanço patrimonial e proporcionar valor a longo prazo a todos os seus *stakeholders*.

b. estrutura de capital

Conforme mencionado anteriormente, os Diretores reafirmam que a Companhia busca viabilizar uma reestruturação de suas dívidas, com vistas a otimizar sua estrutura de capital, melhorando a gestão de sua alavancagem, com maior equilíbrio entre vencimentos e custo da dívida, de forma a garantir sua sustentabilidade de longo prazo.

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$32.538.937.370,00, representado por 660.303.745 ações, sendo 644.531.021 ações ordinárias e 15.772.724 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal².

² Em AGE realizada em 1 de dezembro de 2022 foi aprovada a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 10 ações de cada espécie para uma ação da mesma espécie. Transcorrido o prazo para que os titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia ajustassem suas posições acionárias, a partir de 9 de janeiro de 2023, inclusive, as ações representativas do capital social da Companhia passaram a ser negociadas exclusivamente grupadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em regra, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo asseguradas prioridades no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior. Entretanto, a partir da Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2017, os titulares de ações preferenciais passaram a ter direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação dos acionistas, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votam em conjunto com as ações ordinárias.

No último ano, a Companhia apresentou uma mudança significativa na representatividade do Capital de Terceiros, em função de alterações materiais em seu Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto), cujos principais efeitos são detalhados na seção 2.1.h sobre as Demonstrações de Resultado. Conforme mencionado na seção anterior, a Oi busca reestruturar seu balanço de forma a adequar sua alavancagem a níveis que garantam flexibilidade para execução de seu Plano Estratégico de Transformação e sua sustentabilidade de longo prazo.

Estrutura de Capital

Em milhões de Reais	2022	% passivo total	2021	% passivo total	Variação % (A/A)
Passivo a descoberto	(21.846)	-74%	(2.638)	-3%	728,1%
Capital de terceiros ¹	51.462	174%	78.673	103%	-34,6%
Curto prazo ²	10.185	34%	26.397	35%	-61,4%
Longo prazo	41.277	139%	52.276	69%	-21,0%
Passivo total e patrimônio líquido	29.616	100%	76.035	100%	-61,0%

Nota: Balanço Patrimonial referente às operações continuadas. (1) Passivo total, excluindo o Patrimônio líquido; (2) Passivo circulante.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em complemento aos indicadores consolidados apresentados nas seções anteriores, os Diretores da Companhia apresentam o índice de cobertura do serviço da dívida, que representa a relação entre a geração operacional da Companhia e seus compromissos relacionados às obrigações de pagamentos de dívidas no período. A relação EBITDA de Rotina/Serviço da Dívida encerrou o ano em 1,71 (vs 4,75 em 2021). Vale ressaltar que o indicador está fortemente influenciado pela geração de operações descontinuadas³. Além disso, o resultado deve ser analisado em conjunto com o indicador de alavancagem, medido pela relação entre Dívida Líquida/EBITDA de Rotina, que encerrou o ano em 8,66x (vs 5,93x em 2021), que abrange a capacidade de pagamento da Companhia, através de sua geração operacional, em relação à totalidade de seus compromissos

³ Informações sobre as alienações das UPIs Ativos Móveis e InfraCo disponíveis no item 2.4.a.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financeiros. O aumento na relação Dívida Líquida/EBITDA foi consequência principalmente das operações de venda de ativos durante o ano de 2022.

Endividamento e Serviço da Dívida

Em milhões de Reais	2022	2021	Variação % (A/A)
Dívida de curto prazo ¹	1.624	5.778	-71,9%
Dívida de longo prazo ¹	20.679	30.083	-31,3%
Dívida bruta (valor justo) ¹	22.302	35.860	-37,8%
EBITDA de rotina	2.204	5.495	-59,9%
Caixa e equivalentes de caixa ¹	3.223	3.288	-2,0%
Serviço da dívida ²	1.288	1.157	11,3%
EBITDA de rotina/Serviço da dívida	1,71	4,75	-64,0%
Dívida líquida/EBITDA de rotina	8,66	5,93	46,1%

Nota: (1) Inclui caixa e dívida das operações descontinuadas (operação móvel e InfraCo); Para efeitos de apuração dos índices financeiros são adotadas as seguintes definições e critérios (2) Serviço da dívida: somatório dos juros da dívida total pagos nos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos. Estão excluídas deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa, mas apenas registro contábil).

Recuperação Judicial

Conforme anunciado, em dezembro de 2022, após cumprir todas as obrigações até aqui, decorrentes do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 2018, aditado em 2020, a Oi apresentou novo pedido de Recuperação Judicial em março de 2023 com foco na negociação e reestruturação de suas dívidas financeiras.

Como expresso no item 2.1.a, a Companhia busca uma potencial reestruturação de suas dívidas, como forma de garantir a continuidade de implementação de seu Plano de Estratégico de Transformação de maneira definitiva, com maior equilíbrio entre o vencimento de suas obrigações e geração de caixa operacional, para garantir sua sustentabilidade de longo prazo.

Dessa forma, em 31 de janeiro de 2023, no contexto da negociação em andamento que visa potencial reestruturação de dívidas, a Companhia em conjunto com suas subsidiárias PTIF e Oi Coop, ajuizou perante o Juízo da Recuperação Judicial pedido de tutela cautelar em caráter antecedente para suspensão da exigibilidade de certas obrigações assumidas e a manutenção dos contratos em vigor, visando à proteção do seu caixa, e, consequentemente, à continuidade das negociações com os seus credores, de forma equilibrada e transparente.

Em 3 de fevereiro de 2023, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 2 de fevereiro de 2023, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o pedido de Tutela de Urgência, mencionado acima, para, dentre outras providências determinar

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(i) a suspensão da exigibilidade de todas as obrigações relativas aos instrumentos celebrados com as instituições elencadas no pedido da Tutela de Urgência e com todas as entidades de seus respectivos grupos econômicos (e seus sucessores e cessionários a qualquer título), bem como a todos os demais instrumentos vinculados às referidas instituições e a todas as entidades de seus grupos econômicos (e seus sucessores e cessionários a qualquer título), bem como a quaisquer instrumentos que possam ser declarados rescindidos e/ou vencidos antecipadamente na data do pedido da Tutela de Urgência; (ii) a suspensão dos efeitos do inadimplemento, inclusive, para reconhecimento de mora; (iii) a suspensão de eventuais pretensões de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão, compensação e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das Requerentes, oriundas de demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como a execução e cobrança de valores de titularidade das Requerentes, que estejam provisoriamente na titularidade de terceiros; (iv) a sustação dos efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão do pedido da Tutela de Urgência, de futuro pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise, (a) imponha o vencimento antecipado das dívidas e/ou dos contratos celebrados pelas Requerentes, e/ou (b) autorize a suspensão e/ou a rescisão de contratos com fornecedores de produtos e serviços essenciais para o Grupo Oi, determinando-se que os fornecedores de produtos e serviços essenciais não alterem unilateralmente os volumes de produtos e/ou serviços fornecidos tão somente em razão da Tutela de Urgência, de futuro pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise; e (v) a dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância, inclusive para que as Requerentes exerçam suas atividades e para que obtenham benefícios fiscais.

Em 1 de março de 2023, as Requerentes ajuizaram novo pedido de recuperação judicial perante o Juízo da Recuperação Judicial, em caráter de urgência e “*ad referendum*” da Assembleia Geral da Companhia, o que foi devidamente divulgado ao mercado por meio de Fato Relevante do dia 2 de março de 2023, tendo seu processamento sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial em 16 de março de 2023, em decisão publicada no DOU, em 22 de março de 2023 (“Nova Recuperação Judicial”). Tal decisão, dentre outras providências, determinou e/ou ratificou, conforme aplicável a) a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das Requerentes, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à Nova Recuperação Judicial, por força da previsão do art. 6º, III, da Lei 11.101/2005, bem como do caráter *erga omnes* da decisão que defere o processamento da Recuperação Judicial e da competência absoluta do Juízo da RJ; b) a manutenção das fianças judiciais e dos seguros garantia judiciais prestados por terceiros em favor das Requerentes, que tenham por objeto garantir créditos concursais, com a consequente proibição de liquidação e/ou execução de tais instrumentos de garantia de processos, sob pena de violação do princípio da *pars conditio creditorum*; e c) a suspensão da eficácia da cláusula *ipso facto* inserida em todos os contratos firmados pelas Requerentes, diante do pedido de Nova Recuperação Judicial, diante do pedido da Nova Recuperação Judicial, inserida em todos os contratos firmados pelas Requerentes, bem como a sustação dos efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão do pedido da Nova Recuperação Judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise, (a) imponha o vencimento antecipado das dívidas e/ou dos contratos celebrados pelas Requerentes; e/ou (b) autorize a suspensão e/ou a rescisão de contratos com fornecedores de produtos e serviços

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

essenciais para o Grupo Oi, determinando-se que os fornecedores de produtos e serviços essenciais não alterem unilateralmente os volumes de produtos e/ou serviços fornecidos tão somente em razão do pedido de Recuperação Judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise. O Juízo da Recuperação Judicial também determinou que as Requerentes apresentem o plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, contados da data de publicação da decisão no DOU, o qual deverá observar os requisitos da LRF.

No dia 19 de maio de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições do Novo PRJ, bem como a sua apresentação nos autos do processo de 2ª Recuperação Judicial. O Novo PRJ estabelece as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Requerentes e à continuidade de suas atividades, inclusive por meio de (i) equalização de seu passivo financeiro e reestruturação de créditos concursais, com ou sem o oferecimento de garantias, bem como de créditos extraconcursais aderentes que desejarem receber seus créditos nos termos do Plano de Recuperação Judicial, adequando-os à capacidade de pagamento das Recuperandas, mediante alteração no prazo, nos encargos e na forma de pagamento; (ii) previsão da captação de uma dívida extraconcursal de ao menos R\$ 4 bilhões de Reais na forma de um empréstimo extraconcursal superprioritário, nos termos do art. 67 da Lei nº 11.101/2005 e dos termos para a sua garantia firme ("backstop"); (iii) prospecção e adoção de medidas a serem negociadas nos instrumentos de dívida a serem firmados durante a recuperação judicial, visando à obtenção de novos recursos, mediante (a) a implementação de eventuais aumentos de capital por meio de subscrição pública ou privada; e (b) contratação de novas linhas de crédito, financiamentos ou outras formas de captação como forma de redução da dívida total da Companhia e o seu refinanciamento; e (iv) potencial alienação de bens do ativo permanente das Recuperandas, sob a forma de UPIs ou não, observadas e/ou obtidas eventuais exigências, autorizações ou limitações regulatórias necessárias. Para um maior detalhamento dos termos e condições do Novo PRJ, bem como para esclarecer dúvidas, favor consultar o documento disponibilizado no "site" da Oi (<https://recjud.com.br>).

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte de recursos para financiar a Companhia no último exercício social foram os recursos provenientes das vendas de ativos, detalhadas no item 2.4.a.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pode utilizar para eventuais coberturas de deficiências de liquidez, de acordo com as limitações da Lei nº 11.101/2005, devidamente alterada pela Lei 14.112/2020 e demais leis a que está sujeita a Companhia, são:

- Vendas de ativos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Empréstimos de curto e longo prazos
- Emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a dívida a valor justo consolidada da Companhia era de R\$22.302 milhões. A redução anual da dívida foi decorrente, principalmente dos pré-pagamentos realizados no ano, efetuados na sequência da conclusão da venda das UPI Ativos Móveis em abril de 2022 e UPI InfraCo em junho, a saber (i) BNDES, no valor de R\$4,6 bilhões; (ii) Debêntures Oi Móvel 2ª Emissão, no valor de R\$2,4 bilhões; (iii) *Senior Secured Notes* com vencimento em 2026, no valor de R\$4,4 bilhões; e (iv) Debêntures Conversíveis da InfraCo, no valor de R\$3,5 bilhões. O valor total da amortização de juros e de principal no ano foi superior aos R\$15 bilhões, incluindo os pré-pagamentos mencionados. Soma-se a isso, a valorização do Real vs Dólar de 6,50% no comparativo anual e das amortizações de dívidas (principalmente juros do *Bond* 2025), no valor de R\$1.169 milhão no ano de 2022. Por outro lado, estes itens foram parcialmente compensados pelos usuais *accrual* de juros no período, além da amortização do ajuste a valor presente (AVP).

As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas.

Empréstimos e financiamentos por natureza

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2022	2021	R\$	%
<i>Senior notes</i> moeda estrangeira	9.084	14.877	(5.793)	-38,9%
Debêntures públicas	8.258	7.522	736	9,8%
Debêntures privadas	-	5.079	(5.079)	-100,0%
Moeda nacional (BNDES)	-	4.586	(4.586)	-100,0%
Moeda nacional (Outros)	2.379	2.171	209	9,6%
Moeda estrangeira	9.179	9.644	(465)	-4,8%
Financiamento multilateral moeda estrangeira	557	561	(5)	-0,8%
Oferta geral (Moeda nacional)	208	207	1	0,5%
Oferta geral (Moeda estrangeira)	5.307	5.894	(587)	-10,0%
Subtotal	34.973	50.542	(15.569)	-30,8%
Custo de transação incorrido	(10)	(117)	107	-91,8%
Desconto das dívidas ¹	(12.661)	(14.565)	1.904	-13,1%
Total	22.302	35.860	(13.558)	-37,8%
Circulante	1.624	5.778	(4.154)	-71,9%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimos e financiamentos por natureza

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2022	2021	R\$	%
Não circulante	20.679	30.083	(9.404)	-31,3%

Nota: (1) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Composição da Dívida por Moeda

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2022	2021	R\$	%
EURO	779	736	43	5,8%
Dólar Norte-Americano	14.412	19.615	(5.203)	-26,5%
Reais	7.112	15.503	(8.391)	-54,1%
Total	22.302	35.854	(13.552)	-37,8%

Nota: exclui saldo em derivativos.

Composição da dívida por indexador

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2022	2021	R\$	%
Taxa pré-fixada	13.974	21.433	(7.459)	-34,8%
CDI	7.038	5.781	1.257	21,7%
TJLP	0	4.585	n.m.	n.m.
TR	48	39	9	23,8%
IPCA	0	2.871	n.m.	n.m.
Outros	1.243	1.145	98	8,5%
Total	22.302	35.854	(13.552)	-37,8%

Nota: exclui saldo em derivativos; n.m. = não mensurado.

Em 2022, a Fitch encerrou o ano com *rating* de CC sem perspectiva no curto prazo. Já na Standard and Poor's (S&P), no relatório divulgado em 07 de novembro de 2022, houve um *downgrade* de CCC+ para CCC- com perspectiva negativa. Ambas as agências apresentaram *downgrades* em fevereiro de 2023, antes da divulgação deste relatório. A Fitch rebaixou o *rating* da Oi para CC, sem perspectiva positiva no curto prazo. Já a S&P rebaixou o *rating* da Companhia para D, após o pedido de tutela de urgência cautelar para suspensão da exigibilidade de certas obrigações

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

assumidas pela Companhia. Qualquer *downgrade* no *rating* pode ocasionar em um aumento de juros e outras despesas financeiras para os empréstimos contraídos pela Companhia e títulos de dívida a serem por ela emitidos, e poderia afetar negativamente sua capacidade de obter financiamentos em condições satisfatórias ou pelos valores requeridos pela Companhia.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Descrição	Moeda	Juros (a.a.)	Amortização	Pagamento de Juros
Senior PIK Toggle Notes	USD	10%	jul/2025	Semestral
Senior Secured Notes		8,75%	jul/2026	
Debêntures públicas	R\$	80% CDI	ago/2023 a fev/2035	Semestral (5 anos PIK, após caixa)
Instituição financeira (Bancos Locais)				
Instituição financeira (Financiamento BRL)	R\$	2,43%	Fixado de acordo com contrato até nov/2026	Fixado de acordo com contrato até nov/2026
Moeda estrangeira	USD	1,75%	ago/2023 a fev/2035	Semestral (5 anos PIK, após caixa)
Financiamento multilateral moeda estrangeira	USD	6%	ago/2024 a fev/2030	Semestral
Oferta geral (Moeda nacional)	R\$	TR	fev/2038 a fev/2042	PIK
Oferta geral (Moeda estrangeira)	USD, EUR	0%		N/A

Nota: na modalidade PIK (*payment-in-kind*), os juros são pagos na forma de dívida adicional e seu montante é acrescido ao principal, seguindo a mesma data de vencimento.

As informações sobre os empréstimos e financiamentos acima devem ser analisadas em conjunto com o contexto de potencial reestruturação de dívidas, informado no item 2.1.a, e o pedido de Recuperação Judicial, comentado no item 2.1.c.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Em 21 de abril de 2023, a Companhia firmou um acordo para um financiamento extraconcursal, na modalidade *debtor in possession*, no valor de US\$ 275 milhões e com prazo de 15 meses, contemplado na proposta de reestruturação acordada com seus principais credores financeiros representando a maioria dos (i) detentores de 10%/12% *Senior PIK Toggle Notes* com

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

vencimento em 2025 emitidas pela Companhia, em 27 de julho de 2018, e garantidas, conjunta e solidariamente, pela Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“TMAR”), Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”), tendo a TMAR e Oi Móvel sido incorporadas na Companhia em 3 de maio de 2021 e 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. – Em Recuperação Judicial e Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial; e (ii) titulares de créditos contra a Companhia decorrentes de acordos com Agências de Crédito à Exportação, o qual foi devidamente aprovado pelo Juízo da Recuperação Judicial, por meio de sentença proferida em 10 de abril de 2023. Tal dívida conta com a garantia consubstanciada na alienação fiduciária de ações de emissão da V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A. (“V.tal”), de titularidade da Companhia, sendo tal dívida preferencial sobre as demais dívidas contraídas pela Companhia.

Em 20 de abril de 2022, foi encerrada a Oferta Pública de Aquisição das *Senior Secured Notes* com vencimento em 2026, com a adesão de 98,71% do principal em circulação. Com isso, para garantir o valor ainda remanescente, de 1,29% do total do principal emitido, permanece a estrutura de garantias representada por recebíveis da Companhia e de suas controladas, além de garantia fidejussória prestada pela Companhia, sendo que todas serão exercidas somente na ocorrência de inadimplemento⁴.

Adicionalmente, a Companhia possui cessão fiduciária sobre o fluxo de recebíveis, incluindo um mecanismo de conta *escrow*, nos termos do acordo de investimentos com a V.tal, a partir da data de fechamento da operação, em 09 de junho de 2022.

Em eventual concurso universal de credores, as demais obrigações registradas no passivo exigível seguem a determinação na legislação em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos de dívida. Em relação às limitações relacionadas à distribuição de dividendos, consultar a seção 2.7.d. Demais restrições devem ser analisadas em conjunto com o contexto de potencial reestruturação de dívidas, informado no item 2.1.a, e o pedido de Recuperação Judicial, comentado no item 2.1.c.

g. limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Informações detalhadas no item 2.1.f.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

⁴ As informações devem ser analisadas em conjunto com o contexto de potencial reestruturação de dívidas, informado no item 2.1.a, e o pedido de Recuperação Judicial, comentado no item 2.1.c.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstrações de Resultado

A Diretoria da Companhia apresenta a seguir os componentes da demonstração de resultados, bem como suas variações percentuais em relação ao ano anterior e seus valores em relação à receita total, considerando operações continuadas e descontinuadas.

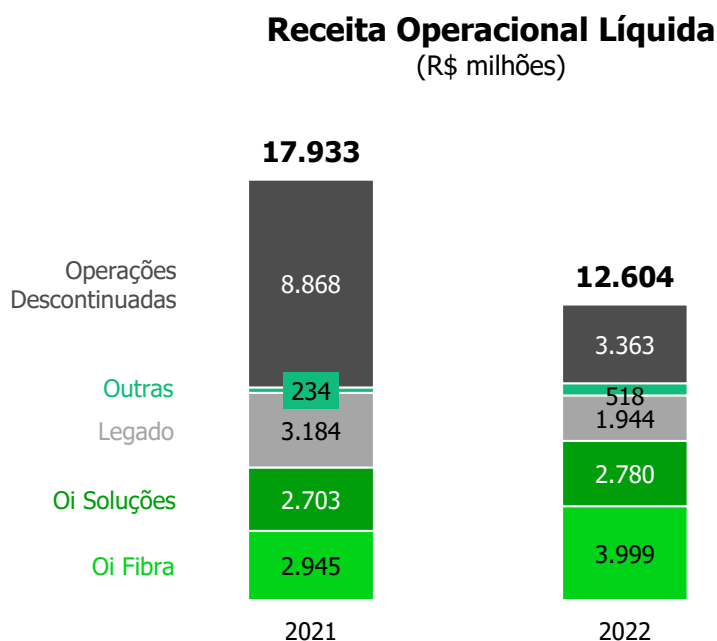
Demonstrações de Resultado do Exercício

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A		Análise Vertical (% Receita Oper. Continuadas + Descontinuadas)	
	2022	2021	R\$	%	2022	2021
Receita de vendas e/ou serviços	10.485	10.483	2	0,0%	312%	118%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(10.683)	(10.048)	(636)	6,3%	-318%	-113%
Resultado bruto	(198)	436	(634)	-145,5%	-6%	5%
Receitas (despesas) operacionais	(18.067)	(4.458)	(13.608)	305,2%	-537%	-50%
Resultado de equivalência patrimonial	(3)	(3)	0	-7,3%	0%	0%
Despesas com vendas	(2.005)	(2.190)	185	-8,5%	-60%	-25%
Despesas gerais e administrativas	(1.951)	(2.333)	382	-16,4%	-58%	-26%
Outras receitas operacionais	1.665	3.127	(1.462)	-46,8%	50%	35%
Outras despesas operacionais	(1.524)	(3.700)	2.177	-58,8%	-45%	-42%
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos	(14.249)	641	(14.890)	-2321,7%	-424%	7%
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(18.265)	(4.022)	(14.242)	354,1%	-543%	-45%
Resultado financeiro	(3.359)	(9.484)	6.125	-64,6%	-100%	-107%
Prejuízo antes das tributações	(21.624)	(13.506)	(8.117)	60,1%	-643%	-152%
Imposto de renda e contribuição social	(2.601)	2.036	(4.637)	-227,7%	-77%	23%
Prejuízo das operações continuadas	(24.225)	(11.470)	(12.754)	111,2%	-720%	-129%
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	4.959	1.062	3.896	366,8%	147%	12%
Prejuízo do exercício	(19.266)	(10.408)	(8.858)	85,1%	-573%	-117%

Receita Operacional Líquida

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O gráfico a seguir apresenta os componentes de nossa receita operacional líquida (operações continuadas e descontinuadas) relativas aos exercícios findos em 2022 e 2021:



Nota: visão por segmento gerencial.

A redução anual de receitas se deve principalmente às operações descontinuadas que incluíam a UPI Ativos Móveis (até março de 2022) e UPI InfraCo (até maio de 2022).

Oi Fibra

A Oi Fibra se tornou o *core* do Plano Estratégico de Transformação da Companhia em serviços para os consumidores, a partir de 2019. Desde seu lançamento, a linha vem apresentando resultados de crescimento acelerado. Em 2022, a Oi Fibra apresentou crescimento de receita de dois dígitos, encerrando o ano com +35,8% na comparação com o ano anterior. O desempenho foi suportado pela robusta base de casas conectadas (3,9 milhões | +15,7% A/A), cuja adição líquida de 530 mil acessos no ano, garantiu a manutenção da liderança de mercado de fibra da Oi nas regiões onde atua, com 25% de *market share*.

O desempenho, apesar de significativo, foi impactado negativamente por condições de mercado, relacionadas ao ambiente macroeconômico e de maior competição. Dessa forma, como diferencial competitivo para continuidade do crescimento da base, além de escalável, o modelo de atuação da Oi conta com (i) o reforço e desenvolvimento constante de uma marca forte; (ii) a expansão acelerada de *Homes Passed* através da rede da V.tal e uma excelente gestão de qualidade da rede; (iii) um portfólio diferenciado, com disponibilidade de altas velocidades para toda a planta e serviços inovadores adicionais à conexão, como o Oi Fibra X; (iv) forte presença de canais comerciais; e (v) a preferência dos consumidores, que elegeram a Oi como a melhor empresa nacional de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

internet por fibra ótica, conforme resultado da Pesquisa de Satisfação e Qualidade Percebida de 2022 da Anatel.

A Companhia segue priorizando rentabilidade – a receita média por usuário (ARPU) na fibra encerrou o ano em R\$90,8 (+3,8% A/A), através da qualidade da base entrante, com maior foco em regiões de maior poder aquisitivo e, consequentemente, melhor *score* de crédito. Ao final de 2022, cerca de 56% dos clientes de Fibra já possuíam planos de 400 mbps ou superior – esse *upselling* possibilita, principalmente, a blindagem e defesa da base e potencializa a venda dos novos serviços.

Além disso, Oi pode oferecer serviços técnicos diferenciados para o cliente, aumentando a satisfação com a instalação e uso dos seus serviços de fibra, através de sua subsidiária integral Serede – a mão de obra própria e especializada funciona como um importante diferencial competitivo na gestão dos pontos de contato com o cliente.

Oi Soluções

A receita operacional líquida da Oi Soluções manteve-se estável em relação ao mesmo período do ano anterior. As receitas de TI, que são o foco da Companhia para alavancar o desempenho do segmento, apresentaram crescimento de 40,1% em relação ao ano anterior, atingindo cerca de 20% do total da Oi Soluções. Esta performance compensou a tendência de queda dos serviços Telecom e Não *Core* no ano.

A atuação da Companhia no segmento se dá com base no desenvolvimento de um modelo focado em *Tech*, com a conectividade sendo receita para a sustentação do crescimento. Dessa forma, a Oi continua ampliando seu portfólio de soluções digitais aliado à infraestrutura de fibra ótica, distribuindo um vasto leque de produtos de TI em parceria com *startups* e grandes *players* de referência da indústria e ofertando serviços de integração e gerenciamento, para criação de valor adicionado e aumento da exposição da base às novas soluções digitais.

O crescimento em novos serviços de TI combinado ao novo modelo operacional com V.tal gera uma diluição na margem EBITDA da Oi Soluções, por outro lado cria um modelo sustentável de geração positiva de caixa.

Serviços Legados

A receita de serviços legados diminuiu 27,2% durante o ano de 2022, principalmente devido a atual tendência de retração acelerada, alinhada à mudança estrutural do setor, com redução da demanda de serviços baseados em cobre decorrente do processo de substituição para tecnologias mais avançadas, como o caso da fibra na banda larga e serviços digitais na voz. No lado operacional, os esforços da Oi estão focados em ações de eficiência acelerando a migração para tecnologias alternativas com menor custo de serviço. Neste sentido, a Companhia vem trabalhando para maximizar a margem dos negócios legados e balancear a tendência de queda da receita. O equacionamento da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

concessão passará ainda pela discussão regulatória sobre as condições e premissas para viabilizar um potencial processo de migração da concessão do STFC para um regime de autorização, além da sequência do processo de arbitragem.

Operações Descontinuadas

As receitas das operações descontinuadas englobavam os serviços de operações alienadas⁵ (i) a UPI Ativos Móveis (até março de 2022) incluía serviços de mobilidade em voz, dados e valor agregado para clientes varejo e corporativos; e (ii) UPI InfraCo (até maio de 2022) incluía serviços do segmento atacado de fibra, onde era contabilizada a receita de capacidade comercializada para outras operadoras.

Custos e Despesas operacionais

Os custos as despesas operacionais foram impactadas por diferentes efeitos (i) de redução significativa das diferentes linhas em função da conclusão da venda de ativos⁶, UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo, com a saída imediata dos custos diretamente relacionados a estas operações e redução gradual de custos em sinergia com outros serviços; (ii) rígido controle de custos e implementação de medidas de eficiência (iii) de crescimento, principalmente em função da transição para o novo modelo operacional na fibra baseado em Opex, com compensação positiva de redução de Capex, refletindo em maiores volumes em aluguel da infraestrutura, a partir de junho de 2022 – custos são decorrentes da conexão de novos acessos e da capacidade disponibilizada para manutenção da base instalada de fibra; e (iv) efeitos não recorrentes e sem impacto em caixa, devido, principalmente, ao reconhecimento de perda pela não recuperabilidade de ativos (*impairment*) no valor de cerca de R\$14 bilhões, relacionados aos ativos de Serviços Legados que apresentam contínua queda nas receitas, principalmente de voz fixa e banda larga baseados em cobre e que estão associadas a despesas elevadas na operação da Concessão devido às obrigações regulatórias existentes. Adicionalmente, em decorrência de processo de conciliação dos saldos de contas a receber iniciado em 2021 e finalizado em 2022, a Companhia reconheceu de uma baixa líquida no valor de R\$455 mil no ano.

Como parte do seu Plano Estratégico de Transformação, a Companhia continua atuando em frentes de redução de custos e simplificação operacional, eficiência e transformação digital, buscando transformar a Nova Oi em uma operação mais leve, ágil e centrada na experiência do cliente.

Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos

O prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos aumentou 354,1% A/A, para R\$18.265 milhões em 2022. Como percentual da receita líquida (das operações continuadas e descontinuadas), este resultado saiu de -38% em 2021 para -174% em 2022.

⁵ Informações adicionais sobre as alienações disponíveis no item 2.4.a.

⁶ Informações adicionais sobre as alienações disponíveis no item 2.4.a.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado financeiro

A Companhia registrou despesas financeiras consolidadas de R\$3.359 milhões no ano de 2022, uma redução de R\$6.125 milhões quando comparada ao resultado acumulado do ano anterior. Essa redução no resultado financeiro foi explicada por maiores receitas financeiras, além de menores despesas e receitas de variações cambiais líquidas.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras aumentaram 360,1%, ou R\$1.034 milhões, para R\$1.321 milhões em 2022 em relação aos R\$287 milhões em 2021, principalmente devido a um aumento de R\$739 milhões de receita de juros e variações monetárias sobre outros ativos, devido, principalmente a variação monetária do AVP (ajuste a valor presente) de cessão de Torres, a atualização monetária na venda de investimentos e menores receitas com juros sobre depósitos judiciais. Somado a isso, houve um aumento de R\$213 milhões de receitas com rendimentos de aplicações financeiras, explicado principalmente pelo maior caixa e maior CDI em 2022 (13,65% a.a.) vs 2021 (9,15% a.a.).

Despesas Financeiras

As despesas financeiras diminuíram 15,7%, ou R\$1.290 milhões, para R\$6.936 milhões em 2022 em relação a R\$8.226 milhões em 2021, principalmente como resultado de (1) uma diminuição de R\$542 milhões em outras despesas, devido a menores despesas com comissão de fiança e outros projetos para auxiliar na estrutura de capital e liquidez da Companhia; (2) uma diminuição de R\$332 milhões em juros e variações monetárias sobre outros passivos, em razão de receitas no ajuste a valor presente da Anatel; e (3) uma redução de R\$348 milhões em atualização monetária de provisões/reversões em processos judiciais.

Variações cambiais, líquidas

As variações cambiais líquidas apresentaram uma receita de R\$2.256 milhões em 2022 versus uma despesa de R\$1.545 milhões em 2021, uma redução de 246,0%, ou R\$3.801 milhões, como resultado da variação cambial decorrente de uma apreciação do real em relação ao dólar norte-americano em 2022 de 6,5%, comparado a uma depreciação do real em relação ao dólar de 7,4% em 2021.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sem variação no ano. Registramos uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$2.601 milhões em 2022, em comparação a um benefício de imposto de renda e contribuição social de R\$2.036 milhões em 2021. A alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos foi de 12,0% em 2022 e a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos foi de 15,1% em 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A taxa efetiva de imposto aplicável ao prejuízo antes dos impostos foi de 12,0% em 2022, principalmente como resultado de (1) efeitos tributários de adições permanentes, principalmente em decorrência dos efeitos do reconhecimento da amortização do ajuste a valor justo e correspondente variação cambial de passivos reestruturados no PRJ homologado em fevereiro de 2018, que reduziu taxa de efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 14,8%; e (2) efeitos tributários de reversão provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos de R\$6.694 milhões o que reduziu a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 34,5%.

Prejuízo de operações continuadas

Como resultado do exposto acima, o prejuízo de operações continuadas aumentou 111,2% A/A, atingindo R\$24.225 milhões em 2022.

Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)

O lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos, foi de R\$4.959 milhões em 2022, representado principalmente pelos resultados das alienações⁷ das UPIs Ativos Móveis e UPI InfraCo no montante consolidado de R\$8.446 milhões, reduzido por efeitos tributários de 3.344 milhões.

Prejuízo do exercício

Como resultado do exposto acima, o prejuízo do exercício aumentou 183,7% A/A, principalmente pelos efeitos não recorrentes, sem impacto em caixa, do *impairment* de ativos relacionados ao serviço de cobre e baixa na linha de contas a receber explicados anteriormente, fechando o ano em R\$19,266 milhões.

Fluxo de Caixa

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas)	2022	2021	R\$	%
Atividades operacionais	(2.588)	(111)	(2.478)	2239,7%
Operações continuadas	(2.588)	(1.298)	(1.290)	99,4%
Operações descontinuadas	-	1.188	n.m.	n.m.
Atividades de investimentos	17.419	(4.798)	22.216	-463,1%
Operações continuadas	(1.487)	(2.007)	519	-25,9%
Operações descontinuadas	18.906	(2.791)	21.697	-777,4%

⁷ Informações adicionais sobre as alienações disponíveis no item 2.4.a.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2022	2021	R\$	%
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas)				
Atividades de financiamentos	(14.855)	3.783	(18.638)	-492,7%
Operações continuadas	(11.700)	2.249	(13.949)	-620,3%
Operações descontinuadas	(3.155)	1.534	(4.689)	-305,7%
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	113	(65)	178	-273,8%
Fluxo de caixa do exercício	88	(1.191)	1.279	-107,4%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa aplicado nas atividades operacionais de operações continuadas foi de R\$2.588 milhões em 2022, devido principalmente a pagamento de encargos financeiros de dívidas no montante de R\$1.503 milhões.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de investimentos

Em 2022, a aplicação de caixa líquido nas atividades de investimentos das operações continuadas foi de R\$1.487 milhões e consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$1.438 milhões em aquisição de ativos relacionados, principalmente, com a expansão da rede e sistemas da Companhia; (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$78 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. O caixa líquido gerado nas atividades de investimentos das operações descontinuadas foi de R\$18.906 milhões, impactado pelo caixa recebido como resultado das alienações⁸ da UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de financiamento

Em 2022, o caixa aplicado nas atividades de financiamentos das operações continuadas foi de R\$11.700 milhões principalmente como resultado de (1) quitação integral de dívidas junto ao BNDES, no valor de R\$4,6 bilhões; (2) quitação debêntures segunda emissão da Oi Móvel, no valor de R\$2,4 bilhões; (3) pagamento de R\$4,4 bilhões das *Senior Secured Notes* com vencimento em 2026, conforme previsto na *indenture*, com adesão de 98,71% do total do principal em circulação (US\$ 869 milhões); e (4) pagamento de principal de contratos de arrendamentos no montante de R\$514 milhões. O caixa aplicado nas atividades de financiamentos das operações descontinuadas foi de R\$3,2 bilhões relacionado principalmente a quitação das debêntures conversíveis em ações preferenciais da 1ª emissão da V.tal, no valor

⁸ Informações adicionais sobre as alienações disponíveis no item 2.4.a.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

total de R\$3,5 bilhões. Os recursos para quitação das dívidas foram provenientes do caixa recebido como resultado das alienações⁹ das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo.

⁹ Informações adicionais sobre as alienações disponíveis no item 2.4.a.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Comentários dos diretores sobre:

a. Resultado das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços de telecomunicações no Brasil, atuando em todo o território nacional.

Em 2022, a Oi concluiu importantes etapas de seu Plano Estratégico de Transformação. Dessa forma, demos início à operação da Nova Oi¹⁰ com a conclusão (i) da venda da operação móvel; e (ii) da alienação parcial de sua infraestrutura de fibra, operada agora pela V.tal. Os resultados desses segmentos foram contabilizados nas operações descontinuadas até março e maio, respectivamente.

A Nova Oi tem quatro componentes principais de receita, com perfis e capacidades de geração de valor diferentes:

Oi Fibra e Novas Receitas

A partir de junho de 2022, foi inaugurado no país um modelo de negócio inédito e em escala relevante para a operação da fibra, através do uso da maior infraestrutura de rede neutra do país, que contribuirá não só para aceleração do crescimento da Oi, como também para o desenvolvimento do mercado brasileiro de fibra.

A operação de clientes da Oi Fibra é o nosso principal motor para o futuro e encerrou 2022 representando cerca de 45% da receita da Nova Oi. É esperado que o segmento apresente um aumento da margem gradual, à medida em que o modelo de fibra seja expandido.

Neste segmento também, capturamos as oportunidades de receitas adicionais à conexão, em serviços digitais e casa conectada. Em 2022, a Oi consolidou a estratégia de geração de novas receitas, baseada nas frentes de Casa Cliente, Oi Place, Oi Energia e Serviços Digitais.

A evolução das soluções de Casa Cliente como o lançamento do Oi Fibra X, que consiste em soluções de banda larga que incluem o *Mesh*, FTTR (*fiber to the room*) e cabeamento para prover uma melhor cobertura Wi-Fi dentro das residências e empresas, através da instalação de múltiplos pontos adicionais para ampliação do sinal de forma inteligente, nas residências e empresas, e fornecer uma experiência transparente de conexão, mesmo em ambientes maiores. A Companhia foi pioneira na América Latina em oferecer o FTTR para seus clientes e tem previsão de *rollout* nacional desta solução ainda em 2023. Adicionalmente, oferece ainda a garantia de um nível serviço diferenciado e atendimento proativo, assim como possui em seu *roadmap* a evolução do Oi Expert – atendimento com especialistas para suportar o cliente em toda sua jornada digital, seja nas configurações simples do seu celular ou *smart TV*, até instalação de softwares, uso de antivírus etc.

¹⁰ Desconsidera as operações descontinuadas e internacionais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

No Oi Place, a Oi estruturou sua operação e definiu a nova arquitetura que suportará a evolução da plataforma que entrará no ar no primeiro semestre de 2023. Na frente de Oi Energia, a Oi lançou um serviço em caráter de MVP (*minimum viable product*) ou produto viável mínimo, já com seus primeiros clientes e com plano de expansão ao longo de 2023, tanto em base de clientes como em praças de atuação. Por fim, nos Serviços Digitais, a Oi lançou serviços de Saúde e Educação para seus clientes, ampliando o acesso a serviços fundamentais e ampliando a atuação da Companhia em outros segmentos.

Oi Soluções

A Oi Soluções é a nossa operação para clientes Corporativos, que representou cerca de 30% da receita da Nova Oi em 2022, resultante principalmente de contratos de longo prazo de serviços de conectividade e soluções TIC. A operação é um negócio *core* significativo e que vem trazendo resultados por meio da transformação de nossa atuação. A conectividade combinada a soluções abrangentes no portfólio, desde a infraestrutura de fibra até a distribuição de um vasto portfólio de produtos TIC, em parceria com startups e principais *players* do setor, passam a ser a base para sustentação do crescimento deste segmento.

Esta oportunidade é alavancada em nossa base de clientes já existente, um importante ativo, já que o portfólio da Oi Soluções está presente em mais de 80% das maiores empresas do Brasil, se tornando um importante canal de acesso a estes clientes finais.

Legado e Subsidiárias

A terceira componente da receita é uma combinação de diferentes serviços, que representaram 26% da receita da Nova Oi.

Os serviços legados, aqueles ligados à concessão da telefonia fixa, em função de diversas transformações pelas quais vem passando o setor, possuem um perfil de receita declinante. Ao longo de anos de aceleração nesta queda, a Companhia vem gerindo os desafios operacionais deste serviço, entretanto com sua atuação modulada pela regulação do contrato de concessão. Dessa forma, a revisão de temas regulatórios relacionados a este segmento será a alavanca de transformação para esta operação.

A Oi possui ainda duas subsidiárias integrais, a Serede e a Tahto. A primeira atua em serviços de campo para manutenção da infraestrutura de rede para as operadoras, principalmente a V.tal, e a segunda atua em operações de *call center*. Ambas possuem oportunidades de crescimento associadas à aquisição de novos clientes e melhores oportunidades de rentabilidade, em função da implementação do plano de eficiência.

A Companhia possui ainda sua operação de TV DTH, cujo processo de negociação para venda se encontra em andamento. Até que uma eventual operação venha a ser concluída, a Companhia usufrui de seus resultados, entretanto é importante ressaltar que a Oi deixou de ter foco comercial, para aquisição de novos clientes, nesse segmento. A abordagem da Companhia,

2.2 Resultados operacional e financeiro

alinhada ao seu processo de racionalização, com foco nos serviços *core* e busca por eficiência, também se aplica às operações internacionais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As operações da Companhia são substancialmente realizadas no Brasil, por isso, a Oi é afetada principalmente pela dinâmica de consumo de serviços do setor de telecomunicações por famílias e empresas, principalmente pela demanda de conexão banda larga por fibra, adoção de serviços digitais e serviços ligados à concessão da telefonia fixa.

Dessa forma, as condições macroeconômicas do país, como emprego e renda, períodos de crescimento ou retração, ainda que a demanda por serviços de telecomunicações possua baixa elasticidade, impactam as receitas da Companhia. Condições econômicas desfavoráveis, por períodos prolongados, afetam negativamente o volume de assinantes e de uso dos serviços prestados pela Oi e, conseqüentemente, suas receitas operacionais.

Os resultados foram afetados ainda por aspectos da regulamentação para o setor, relacionadas ao cumprimento de requisitos do contrato de concessão, do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) e dos regulamentos da Anatel, em geral, relacionados com a disponibilidade, preços e qualidade dos serviços, principalmente o acesso aos serviços da fixa.

Adicionalmente, a mudança nos hábitos de consumo vem impulsionando a demanda por serviços digitais pela população e adoção de digitalização nas empresas, resultando em preferências que valorizam disponibilidade, velocidade e estabilidade da transmissão de dados. Se por um lado, a tendência beneficia a Companhia, alavancando sua expansão através dos serviços de conexão por fibra, por outro, o movimento acelerou o declínio no uso dos serviços de telefonia fixa. Outro aspecto resultante desta tendência é o aumento da competição no segmento de fibra, com *players* regionais buscando manter sua relevância através da consolidação de mercado e ofertas mais agressivas para conquistar novos clientes.

Em linha com seu Plano Estratégico de Transformação, a Companhia vem evoluindo na simplificação de sua estrutura, buscando eficiência através da forte redução de seus custos operacionais, inicialmente alavancada pela conclusão de venda dos ativos móveis e pela transição do modelo na fibra para uma abordagem menos intensiva em Capex. A continuidade deste processo se dará pelo desligamento de sistemas legados e revisão de todos os custos de TI, revisão e simplificação de processos com correspondente renegociação de contratos, redução de Capex futuro e discussões associadas ao equacionamento da concessão. Ao longo de 2022, a Oi também executou operações inorgânicas, como desinvestimentos nos segmentos operacionais mencionados anteriormente e outros ativos¹¹, como forma de atingir os objetivos de simplificação operacional e equacionar os desafios de sua estrutura de capital.

¹¹ Informações adicionais sobre as alienações disponíveis no item 2.4.a. Detalhes sobre desinvestimentos em andamento, disponíveis no item 2.11.a.iii.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação

A dinâmica de receita da Companhia é diretamente impactada pelo seu desempenho no crescimento de clientes e da receita média por usuário (ARPU), com tendência positiva nos negócios de fibra e declinante nos serviços baseados em cobre, em função dos fatores apresentados anteriormente. Dessa forma, novos produtos e serviços, taxas de câmbio e inflação não afetaram materialmente a receita no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Vale comentar que as tarifas dos planos básicos de telefonia fixa local e de longa distância prestados pela Companhia, bem como a interconexão com as suas redes de telefonia fixa e serviços EILD com taxas de transmissão até 34 Mbps estão sujeitas a regulamentação da Anatel. As tarifas estabelecidas (no caso dos planos básicos) ou aprovadas (no caso dos planos alternativos) servem de teto para as tarifas cobradas, estando a Companhia autorizada a oferecer descontos sobre elas. Após a determinação ou aprovação das tarifas pela Anatel, o valor teto fica sujeito a um reajuste anual de acordo com a inflação – medida pelo índice de serviços de telecomunicações (IST), 6,73% em 2022 – menos o valor de ganhos de produtividade.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Como parte prevista da evolução de seu Plano Estratégico de Transformação, o resultado operacional e financeiro da Companhia foi materialmente afetado pelas alienações das UPIs Ativos Móveis e InfraCo¹² concluídas em 2022. Como já exposto no item 2.1, a venda dessas operações impactou os resultados operacionais, com a saída de receitas e custos associados, assim como seus recursos foram utilizados para quitação antecipada de dívidas, impactando diretamente o resultado financeiro, além da posição da dívida, da Companhia.

Dessa forma, ainda que os custos e despesas da Companhia tendam a sofrer pressões inflacionárias, as alienações anteriormente citadas, em conjunto com a continuidade de execução do plano de eficiência da Companhia, comentado no item 2.1, reduzem os efeitos de outros impactos sobre os preços dos principais insumos e produtos no resultado consolidado.

Em relação ao resultado financeiro, a Companhia possui financiamentos indexados à moeda estrangeira ou sujeitos a taxas flutuantes (dívidas em Reais), como CDI e Taxa Referencial (TR). O volume sujeito a oscilação cambial representava cerca de 68,2% do total de empréstimos e financiamentos, enquanto a taxas flutuantes aproximadamente 31,8% deste volume, em 2022.

¹² Informações adicionais sobre as alienações disponíveis no item 2.4.a.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores da Companhia informam que para as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram alterações nas práticas contábeis relevantes.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo as informações relevantes incluídas no parecer dos auditores relativos às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Abstenção de opinião

Os Diretores da Companhia informam que os auditores emitiram parecer com abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para Abstenção de Opinião", do referido parecer, onde destacam que pelos assuntos descritos e reproduzidos abaixo, não foi possível, nas circunstâncias, obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião incluída no parecer dos auditores

Durante o exercício de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$19.268.496 mil (controladora) e R\$19.265.934 mil (consolidado), havia acumulado até 31 de dezembro de 2022, prejuízos de R\$57.902.972 mil (controladora e consolidado), bem como apresenta passivo a descoberto de R\$21.878.805 mil (controladora) e R\$21.846.002 mil (consolidado) e passivos com terceiros no valor total de R\$51.014.344 mil (controladora) e R\$41.277.059 mil (consolidado). Conforme descrito nas notas explicativas 1 e 28 às demonstrações financeiras, durante o ano de 2022, a Companhia alienou parcela relevante de seus ativos, correspondentes às operações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo. Portanto, a geração futura de caixa operacional suficiente para investimentos e pagamento de suas obrigações depende do sucesso na implementação do Plano Estratégico de negócios das atividades remanescentes "core" da Companhia, readequação da estrutura de custos, bem como da busca e criação de novas fontes de receita, especialmente na área de soluções digitais e conexões de fibra ótica.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, após o encerramento do processo da primeira recuperação judicial, ocorrido em 14 de dezembro de 2022, com sentença de encerramento publicada no Diário Oficial de Justiça em 10 de janeiro de 2023, a Companhia, em conjunto com suas controladas holandesas, ajuizou, em 1º de março de 2023, novo pedido de recuperação judicial, em caráter de urgência, deferido em 16 de março de

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2023. A Companhia preparou e apresentou o novo Plano de Recuperação Judicial (“novo PRJ”) em 19 de maio de 2023. Para o pleno exercício da recuperação judicial, é necessário, ainda, a aprovação do novo PRJ em Assembleia Geral de Credores, a ser realizada em até 150 dias após a publicação da decisão que deferiu a nova recuperação judicial, ou alternativamente, a aprovação por adesão de credores que representem mais da metade do valor dos créditos sujeitos à recuperação judicial aos termos do Novo PRJ, observadas as exceções previstas na Lei. Após essa aprovação, o novo PRJ necessitará ser homologado pelo juízo da recuperação judicial.

Também, conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, com o propósito de facilitar o processo de aprovação do novo PRJ, a Companhia e suas controladas vêm empreendendo esforços, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, mediante a condução de negociações com credores financeiros e não financeiros, visando a repactuação de dívidas, em especial as financeiras, fortalecimento da sua estrutura de capital e otimização de sua liquidez e perfil de endividamento. Essas negociações incluem, entre outros, a assinatura de financiamento extraconcursal na modalidade “debtor-in-possession” (DIP), no valor de USD 275 milhões, ocorrida em 21 de abril de 2023, e acordo de apoio à reestruturação e de “lock up” com a maioria dos credores financeiros, presentemente em andamento.

Considerando esse conjunto de elementos e a pervasividade envolvida no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entre outros descritos nas notas explicativas, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022 são apropriados.

Assunto adicional incluído no relatório dos auditores – Comparabilidade entre exercícios

Conforme descrito na nota explicativa 2 (d) às demonstrações financeiras, a Companhia identificou e procedeu ajustes nas cifras comparativas de 31 de dezembro de 2021 decorrente de incorreções nos processos de conciliação de saldos contábeis de contas a receber com seus respectivos controles auxiliares. Devido às limitações sistêmicas e de controles internos da Companhia, não foi possível avaliar a necessidade de retroceder os ajustes do contas a receber ao período mais antigo apresentado, 1º de janeiro de 2021. Consequentemente, não foi praticável determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do contas a receber em 1º de janeiro de 2021, que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa deste mesmo exercício de 2021, apresentados para fins comparativos.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores esclarecem que os eventos com impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia estão relacionados ao Plano de Recuperação Judicial do procedimento ajuizado pela Companhia em 2016 (PRJ), conforme aditado, que previu, dentre outras, a alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs) referentes aos negócios da operação de telefonia e dados no mercado de comunicação móvel (UPI Ativos Móveis), da operação de redes de telecomunicações (UPI InfraCo) e dos negócios de infraestrutura passiva (UPI Torres e UPI Data Center).

Conforme mencionado inicialmente nesse item 2 do Formulário de Referência, (i) em abril de 2022 ocorreu o fechamento da operação para alienação da UPI Ativos Móveis; e (ii) em junho de 2022 ocorreu o fechamento da operação de alienação do controle da UPI InfraCo. Os negócios de infraestrutura passiva (UPI Torres e UPI Data Center) foram alienados no decorrer de 2021.

Alienação UPI Ativos Móveis

O Aditamento ao PRJ previu a alienação da UPI Ativos Móveis – que foi composta por 100% das ações de emissão da (i) Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.; (ii) Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A.; e (iii) Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. Em 20 de abril de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária) das condições contratuais precedentes, foi concluída a alienação da Operação UPI Ativos Móveis.

O preço de fechamento ajustado da operação UPI Ativos Móveis foi de R\$15.922 milhões, correspondendo ao preço base da operação UPI Ativos Móveis de R\$15.744 milhões, acrescido de ajustes positivos de R\$178 milhões, na forma do Contrato UPI Ativos Móveis, para refletir, entre outros, o montante da dívida líquida e do capital de giro de cada uma das UPIs transferidas às Compradoras, bem como a redução ou acréscimo, conforme o caso, de valores individualmente acordados entre a Companhia e as Compradoras.

Com o fechamento da Operação, as Compradoras (Vivo, TIM e Claro) realizaram, na referida data, o pagamento em dinheiro de um montante, em conjunto, de R\$14,5 bilhões equivalente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação menos o valor de R\$1,4 bilhão, equivalente a 10% do Preço da Operação, retido pelas Compradoras por até 120 dias, na forma do Contrato, para possíveis compensações de valores que a Oi pudesse ter que vir a pagar às Compradoras em função de eventuais ajustes pós-fechamento e de outras obrigações de indenização previstas no Contrato. Como resultado da operação da alienação da UPI Ativos Móveis, a Companhia reconheceu um ganho de R\$7,9 bilhões no resultado de operações descontinuadas.

Adicionalmente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis, a Companhia poderá fazer jus, ainda, a um valor contingente adicional líquido de até R\$295 milhões a ser

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

recebido em caso de atingimento de determinadas metas de migração de bases de clientes e frequências, dos quais R\$170 milhões líquidos já foram recebidos até 31 de dezembro de 2022.

As Compradoras também pagaram, na mesma data, o preço de R\$586 milhões, referente aos serviços de transição, a serem prestados pela Companhia, nos termos dos respectivos contratos de prestação de serviços de transição, os quais já refletem o acordo entre a Companhia e as Compradoras para a retirada de determinados custos relacionados aos serviços de transição do escopo dos Contratos de Prestação de Serviços de Transição. O valor recebido foi reconhecido em demais obrigações e é apropriado ao resultado pelo prazo contratual.

Além disso, foram firmados na mesma data os contratos de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicação em regime de exploração industrial relacionados aos serviços de capacidade de transmissão de dados na modalidade *take-or-pay*, com valor presente líquido de R\$819 milhões, a ser pago, em parcelas mensais, pelas Compradoras durante um período de até 10 anos.

Informações adicionais a esta operação, disponíveis na seção 2.10.a.iii.

Alienação Parcial UPI InfraCo (V.tal)

A UPI InfraCo foi composta por 100% das ações de emissão da V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A. (nova denominação social de Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.) que, após a realização de operações de reorganização societária, passou a reunir os ativos, passivos e direitos relacionados às atividades de fibra ótica e infraestrutura descritos no Anexo 5.3.4 do Aditamento ao PRJ.

Após a confirmação e/ou verificação de todas as condições precedentes para conclusão da operação UPI InfraCo, conforme previstas no Contrato UPI InfraCo, em 9 de junho de 2022, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet, que passou a deter a maioria das ações representativas do capital social total da V.tal.

As partes, ainda no fechamento, realizaram as verificações e cálculos necessários sobre cada um dos componentes financeiros e operacionais previstos no Contrato UPI InfraCo (tais como endividamento, capital de giro, número de Casas Passadas e Conectadas entregues, Opex e Capex realizados, entre outros) para fins de determinação do ajuste de preço cabível, a ser aplicado através do exercício de bônus de subscrição pelo investidor, na forma da Cláusula 6 do Contrato. Como resultado destas negociações, as partes concordaram em efetuar ajustes de preços limitados a 7,38% do total de ações representativas do capital social total e votante da V.tal, a serem realizados em favor da participação da Globenet da seguinte forma (i) em até 30 dias, contados do fechamento, um ajuste de participação de 3,65% do capital social total e votante da V.tal; e (ii) em 31 de julho de 2023, um ajuste de participação de até 3,73% do capital social total e votante da V.tal, em função da aplicação e apuração das condições mais favoráveis para a Oi negociadas no contrato FTTH, como acima mencionado, durante este período.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Ainda, em 23 de junho de 2022, a Companhia recebeu o pagamento no valor correspondente a R\$2,7 bilhões referente ao crédito extraconcursal (dividendo Telemar) de acordo com a Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ.

Como resultado da operação da alienação da UPI InfraCo a Companhia reconheceu um ganho de R\$537 milhões no resultado de operações descontinuadas, decorrente da venda parcial de sua participação societária na UPI InfraCo, bem como reconheceu um ganho de R\$277 milhões, proveniente da remensuração a valor justo da parcela de investimento ainda mantida pela Companhia, na data da perda do controle, em junho de 2022.

A Oi informou, ainda, que com a conclusão da Operação UPI InfraCo, ocorreu na mesma data a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais, da espécie com garantia real, para colocação privada, da 1ª emissão da V.tal, no valor total atualizado de R\$3,5 bilhões, cujo pagamento foi efetuado com recursos provenientes da Parcela Secundária, que foram aportados pela Oi na V.tal, e utilizados para a recompra das ações preferenciais da V.tal que passaram a ser detidas pelos Debenturistas após a conversão das debêntures em ações da V.tal, em linha com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures.

Em 14 de outubro de 2022, nos termos previstos no Acordo de Investimento da Operação UPI InfraCo e no Termo de Fechamento, a Companhia recebeu da V.tal relatório com a apuração do Valor Final – Parcela Não Apurada do Ajuste *Lock-Box*, bem como a respectiva memória de cálculo. Conforme Fato Relevante divulgado na mesma data, o Valor Final do Ajuste *Lock-Box* totalizou R\$1,4 bilhão para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2022 e 9 de junho de 2022, não apresentando, dessa forma, variações materiais em relação ao estimado pelas partes na Data de Fechamento da Operação UPI InfraCo e já aportado pela Companhia na V.tal, de modo que, em 6 de dezembro de 2022, a Companhia notificou à V.tal informando que está de acordo com o Valor Final – Parcela Não Apurada, no montante de R\$131.443.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram constituição ou aquisição de participações societárias relevantes. As alienações de participações societárias relevantes são apresentadas abaixo.

Alienação UPI Ativos Móveis

Em consonância com o evento descrito no item 2.4.a, com a conclusão da alienação da UPI Ativos Móveis, a totalidade das ações de emissão da (i) Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. foi transferida para a operadora TIM S.A.; (ii) Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. foi transferida para a operadora Telefônica Brasil S.A.; e (iii) Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. foi transferida para a operadora Claro S.A.

Alienação Parcial UPI InfraCo (V.tal)

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em consonância com o evento descrito no item 2.4.a, com a conclusão da alienação da UPI InfraCo e como resultado das operações já detalhadas no Formulário de Referência de 2022 (acesse [aqui](#)), de eventos subsequentes à alienação do controle da V.tal, a participação da Oi em seu Capital votante e total passou a ser de 34,12%.

Alienação da participação na European Institute for Research and Strategic Studies in Telecommunications – GMBH (Eurescom)

Em 04 de novembro de 2022, a PT Participações SGPS S.A., subsidiária da integral da Companhia alienou a participação social de que era titular na Eurescom representativa de 3% do respectivo capital social, para a própria Eurescom, pelo valor de € 1.500,00, que foi pago na data do fechamento.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia continua implementando as mudanças necessárias para redução de seus custos operacionais, sendo as reorganizações societárias uma das frentes para atingimento deste objetivo. No último exercício social, a Oi realizou duas operações de incorporação, abaixo descritas, simplificando sua estrutura de subsidiárias diretas e indiretas, contribuindo para redução de custos relacionados à gestão empresarial e geração de sinergias, através de uma estrutura mais eficiente e adequada ao seu processo de transformação.

Incorporação da Oi Móvel pela Oi

Em 27 de janeiro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Oi, na qual foi aprovada a operação de incorporação da Oi Móvel S.A. pela Companhia, condicionada (i) concessão pela Anatel de anuência prévia para a operação e a publicação pela Anatel, no DOU, do ato de transferência, para a Oi, da outorga do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) detida pela Oi Móvel e consolidação da outorga de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) com aquela já detida pela Oi; e (ii) obtenção da autorização do Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória em Série única, para Colocação Privada, da Oi Móvel.

Em 22 de fevereiro de 2022, foram integralmente verificadas as condições para a incorporação da Oi Móvel pela Companhia, que foi implementada e tornou-se efetiva na mesma data.

Incorporação das empresas Paggo Administradora, BrT Card, e Bérqamo Participações Ltda. pela Companhia

Em 1 de dezembro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Oi, na qual foram aprovadas as operações de incorporação das empresas Paggo Administradora Ltda., BrT Card Serviços Financeiros Ltda., e Bérqamo Participações Ltda. pela Companhia, sendo as incorporações da BrT Card e Paggo Administradora com eficácia imediata e a incorporação da Bérqamo com eficácia a partir de 2 de janeiro de 2023.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis

- a. **valor das medições não contábeis**
- b. **conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

A tabela abaixo apresenta a reconciliação entre o lucro líquido da Companhia e o EBITDA:

Reconciliação entre Lucro Líquido e EBITDA

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2022	2021	R\$	%
Lucro (prejuízo) líquido	(19.266)	(10.408)	(8.858)	85,1%
Resultado financeiro líquido	3.359	9.484	(6.125)	-64,6%
Imposto de renda e contribuição social	2.601	(2.036)	4.637	-227,7%
Depreciação e amortização	4.223	4.125	98	2,4%
Operações descontinuadas	3.860	2.670	1.190	44,6%
EBITDA	(5.223)	3.835	(9.058)	-236,2%
Ajustes não rotina	7.427	1.660	5.767	347,3%
EBITDA de rotina	2.204	5.495	(3.291)	-59,9%
Margem EBITDA	17,5%	30,6%	-0,1pp	n.m.
Receita operacional líquida (consolidada)	12.604	17.933	(5.329)	-29,7%

c. **motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia**

A Companhia calcula o EBITDA (LAJIDA) como sendo o lucro ou prejuízo líquido das operações continuadas antes do resultado financeiro líquido, imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), não representando o fluxo de caixa para os períodos indicados e não deve ser considerado como um indicador de desempenho operacional ou como um substituto para o fluxo de caixa como forma de medir a liquidez. O EBITDA não tem um significado padrão e o cálculo de EBITDA da Companhia pode não ser comparável ao cálculo do EBITDA de outras sociedades.

Ainda que o EBITDA não forneça uma forma de medir o fluxo de caixa operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, a Administração da Companhia entende que o EBITDA é um importante indicador para analisar o desempenho econômico operacional e

2.5 Medições não contábeis

a liquidez da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto sobre a renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para pagamentos de dividendos. Ademais, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de rentabilidade da Companhia.

Finalmente, o EBITDA também é utilizado por determinados investidores e analistas financeiros como indicador de desempenho operacional de sociedades e/ou de seu fluxo de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Os Diretores esclarecem que as informações apresentadas neste item fazem referência às Demonstrações Financeiras e informações trimestrais consolidadas, exceto quando indicado.

Celebração do contrato de compra e venda das operações no Timor

Em 3 de maio de 2023, PT Participações, SGPS S.A. ("PT Participações"), TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ("TPT"), na qualidade de acionistas da Timor Telecom, S.A. ("Timor"), e Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial ("PTIF"), na qualidade de cessionária de créditos detidos contra a Timor, celebraram o contrato de compra e venda de ações de emissão da Timor e cessão de créditos com a República Democrática de Timor-Leste, para venda da totalidade das participações acionárias detidas pela PT Participações e pela TPT na Timor, bem como a cessão dos créditos detidos pela PTIF no valor total de US\$ 21.111 mil, dos quais US\$ 5.444 mil referentes à venda das participações acionárias e US\$ 15.667 mil correspondentes aos créditos corrigidos, resultantes do contrato de abertura de linha de crédito celebrado em 24 de setembro de 2015 e objeto de oito aditamentos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018, 24 de novembro de 2019, 20 de novembro de 2020, 7 de dezembro de 2021, 30 de janeiro de 2023, 28 de fevereiro de 2023 e 3 de abril de 2023. A efetiva conclusão da transação, com transferência das ações e dos créditos mencionados, está sujeita ao cumprimento das condições precedentes previstas no contrato, dentre as quais a aprovação pelo Juízo da Recuperação Judicial e a inexistência de reservas da Autoridade Nacional de Comunicações.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Política de destinação dos resultados

	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>Conforme parágrafo 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.</p> <p>Além das reservas obrigatórias previstas na legislação, o artigo 57, alínea (c), Estatuto Social da Companhia contempla a existência de uma Reserva para Reforço Patrimonial, descrita no subitem (b) deste item 2.7, com a finalidade de reforçar a posição de capital e patrimonial da Companhia, visando a permitir a realização de investimentos e redução de endividamento.</p>
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável. No exercício do ano, a Companhia apresentou prejuízo.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável. No exercício do ano, a Companhia apresentou prejuízo.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, o lucro líquido terá a seguinte destinação:</p> <p>a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;</p> <p>b) uma parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, será destinada para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados;</p> <p>c) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, será destinada para a constituição da Reserva para Reforço Patrimonial, com a finalidade de reforçar a posição de capital e patrimonial da Companhia, visando a permitir a realização de investimentos e redução de endividamento; e</p> <p>d) o saldo remanescente terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral.</p> <p>O saldo da Reserva para Reforço Patrimonial, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.</p> <p>A Companhia pode, por deliberação do Conselho de Administração, pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.95. Os juros pagos serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório devido tanto aos titulares de ações ordinárias quanto aos das ações preferenciais.</p> <p>Em regra, as ações preferenciais não têm direito de voto, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da companhia ou de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da companhia, o que for maior.</p> <p>As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar dividendos mínimos a que fazem jus. A partir da Assembleia Geral Ordinária de 2017, em virtude de a Companhia ter ficado por três exercícios consecutivos sem pagar dividendos mínimos, as ações preferenciais adquiriram o direito ao</p>

2.7 Destinação de resultados

	2022
	<p>exercício de voto e seus titulares passaram a votar em conjunto com as ações ordinárias em todas as matérias sujeitas à deliberação de acionistas.</p> <p>Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 não houve distribuição de dividendos em razão de prejuízos apurados nos referidos exercícios e do disposto na cláusula 10.1 do aditamento ao Plano de Recuperação Judicial¹, aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada no dia 08 de setembro de 2020, que vedou a declaração ou distribuição de dividendos pela Companhia até 31 de dezembro de 2025.</p>
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A distribuição ordinária de dividendos da Companhia é anual, sendo que a Companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia pode declarar dividendos a partir do lucro líquido constante do último balanço semestral ou de qualquer balanço relativo a período inferior, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. As distribuições de dividendos intermediários podem ser compensadas do valor de dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram distribuídos.</p> <p>Entretanto conforme descrito no subitem (b) deste item 2.7, a Companhia não distribuiu dividendos no exercício assinalado.</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>Nos termos da Cláusula 10.1.1 do Aditamento ao Plano², aprovado em Assembleia Geral de Credores, em 08 de setembro de 2020, e homologado pela 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por meio de decisão proferida no dia 05 de outubro de 2020, até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não poderá declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de sua emissão (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo as Recuperandas)³, excetuadas as hipóteses da Cláusula 10.1.1.1 do Plano.</p> <p>No entanto, com o pedido de recuperação judicial ajuizado em março de 2023, a Companhia desenvolverá um novo plano de recuperação o qual poderá prever novo tratamento para a referida matéria.</p>
e. Política de destinação de resultados formalmente aprovada	<p>A Companhia não possui Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada. Adicionalmente, de acordo com o disposto no artigo 6-A da Lei nº 11.101/2005, alterada pela Lei nº 14.112/2020, é vedado à Companhia, até a aprovação do novo plano de recuperação judicial, distribuir lucros ou dividendos a seus acionistas.</p>

Nota: (1) O aditamento ao Plano foi apresentado pelas Empresas Oi e aprovado pelos credores no contexto do processo de recuperação judicial ajuizado em 2016. A Companhia apresentará um novo plano de recuperação judicial em virtude do pedido de recuperação judicial feito em março de 2023; (2) O aditamento ao Plano foi apresentado pelas Empresas Oi e aprovado pelos credores no contexto do processo de recuperação judicial ajuizado em 2016. A Companhia apresentará um novo plano de recuperação judicial em virtude do pedido de recuperação judicial feito em março de 2023; (3) O termo "Recuperandas" tem o significado que lhe é atribuído no processo de recuperação judicial ajuizado em 2016.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

- a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iii. contratos de construção não terminada**
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável, visto que não existem outros ativos e passivos detidos pela Companhia não apresentados nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia

a. investimentos

i. descrição qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Oi Fibra e Novas Receitas

A estratégia da Companhia para o segmento segue no caminho de massificar a comercialização da Fibra, regionalizando a sua atuação e intensificando as ações comerciais, seja do ponto de vista de canais ou de ofertas. Do ponto de vista de ofertas, o foco da Companhia se traduz em uma abordagem simplificada e atrativa, aliando velocidades elevadas, alavancadas por um portfólio complementar de soluções digitais padronizadas dedicadas às necessidades do segmento (marketing digital, vendas online, segurança, soluções verticais e etc.).

Dessa forma, os Diretores da Companhia acreditam que o foco dos investimentos deve estar na prestação de serviços diferenciados para aprimoramento da experiência do cliente, que passou a se tornar um diferencial competitivo, visto a mudança no modelo operacional, atualmente baseado no aluguel de infraestrutura. Dois exemplos de grandes investimentos realizados são (i) Oi Expert, que se baseia em um serviço especializado em assistência à microinformática para diversos aparelhos, disponível para CPF e CNPJ; e (ii) o Oi Fibra X, lançado em junho de 2022, que é um serviço para aprimorar a experiência do cliente que consiste na instalação de fibra ótica em todos os cômodos, por meio de fibra óptica transparente e com curvatura suficiente para instalações discretas em ambientes internos, sem impacto na decoração ou potência dos serviços.

Além disso, a Companhia é responsável pelo investimento nos Terminais de Rede Óptica (*Optical Network Terminal*, ONT) na casa do cliente. Isso mostra que a Companhia terá capacidade para entender os perfis de consumo de sua base, possibilitando assim oferecer serviços e ofertas personalizadas, melhorando a experiência de uso dos clientes.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia acreditam que os investimentos também devem contemplar o desenvolvimento de soluções digitais e *analytics*, com foco na experiência de uso do cliente, através do desenvolvimento e aprimoramento das soluções já existentes como (i) Joice – a inteligência artificial, que funciona como uma atendente virtual para os clientes, que pode ser utilizada através do WhatsApp e da Minha Oi; (ii) Minha Oi – área de atendimento online, que pode ser acessado pelo site ou por aplicativo, onde os clientes conseguem realizar diversos serviços relacionados a *e-care*; e (iii) o Técnico Virtual – o app de suporte técnico da Oi, na modalidade autoatendimento, que auxilia os clientes a resolverem os seus problemas técnicos sem precisar entrar em contato com o atendimento humano.

Oi Soluções

Os Diretores da companhia acreditam que os investimentos nesse segmento devem ser relacionados à evolução do portfólio para comercialização de serviços de valor adicionado (em

2.10 Planos de negócios

TI), aumentando a exposição da nossa base às soluções digitais como *Cloud*, segurança digital, IOT, *Big Data* e etc. Adicionalmente, também são realizados investimentos para implementação de projetos customizados para clientes corporativos, priorizados de acordo com sua rentabilidade e prazo.

Legado

Os serviços de cobre mantiveram sua tendência de retração acelerada. Diante desse cenário, os Diretores da Companhia informam que os investimentos realizados para esse setor visam a (i) otimização da rede existente, identificando os setores que ainda são lucrativos para a Companhia e o consequente desligamento das que não são; (ii) o adensamento das redes já instaladas por meio da oferta de produtos e serviços para os nossos clientes, permitindo ganhos de escala e de eficiência nos serviços prestados; e (iii) desinvestimentos nos setores onde há menos interesse da Companhia. Todas estas ações são realizadas à luz dos contratos vigentes e os normativos da Anatel.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos foram detalhadas no item 2.1.e.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores esclarecem que os desinvestimentos em andamento ou previstos, com impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia, estão relacionados principalmente ao seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ) que previa a alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), referentes aos negócios da operação de serviços de mobilidade (UPI Ativos Móveis) e da infraestrutura de fibra ótica (UPI InfraCo), além da possibilidade de alienação de diversos imóveis.

Alienação UPI Ativos Móveis – Apuração do ajuste de preços após fechamento

Em 17 de setembro de 2022, após as partes concordaram com a prorrogação do prazo para o envio das notificações relativas ao cálculo do Preço de Fechamento, a Companhia recebeu das Compradoras notificação contendo um demonstrativo de cálculo para um ajuste de preço a R\$3,2 bilhões negativo (valor este, superior ao total do Valor Retido).

A Companhia divulgou Fato Relevante em 19 de setembro de 2022 informando que discordava veementemente do ajuste de preço sustentado pelas Compradoras, por apresentar erros procedimentais e técnicos, havendo equívocos na metodologia, nos critérios, nas premissas e na abordagem adotados pelas Compradoras e seu assessor econômico KPMG Assessores Ltda. Além disso, a Companhia notificou as Compradoras apontando o não cumprimento dos termos e condições dos documentos da operação UPI Ativos Móveis, uma vez que as Compradoras

2.10 Planos de negócios

deixaram de apresentar documentos e informações obrigatórios para a notificação de Ajuste Pós-Fechamento, como expressamente exigidos nos documentos da operação UPI Ativos Móveis.

Adicionalmente, ainda em 17 de setembro de 2022, a Companhia informou que também recebeu das Compradoras, uma Notificação de Indenização, na qual as Compradoras alegam um Valor Global das Perdas Conhecidas para fins de Indenização de Revisão dos Inventários Móveis, no montante de R\$353 milhões, com o qual a Companhia discordou. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia contranotificou as Compradoras sua discordância integral quanto ao pedido de Indenização de Revisão dos Inventários Móveis, detalhando seus fundamentos e justificativas para tanto, sustentando não haver qualquer Valor Global das Perdas Conhecidas a ser retido, compensado ou pago.

A partir de 5 de outubro de 2022, as Partes iniciaram reuniões com vistas a alcançar uma solução amigável a respeito das Perdas notificadas pelas Compradoras por meio da Notificação de Indenização de 17 de setembro de 2022, contestadas integralmente pela Companhia, conforme notificação enviada no dia 30 de setembro de 2022.

A requerimento da Companhia, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro deferiu o pedido cautelar requerido pela Oi, determinando a intimação das Compradoras para o depósito do valor de R\$1,5 bilhão, sendo R\$516 milhões pela Telefônica, R\$343 milhões pela Claro e R\$670 milhões pela TIM, em conta vinculada ao processo de recuperação judicial. O Juízo da Recuperação Judicial também determinou a imediata instauração de procedimento de mediação, com vista à tentativa de composição amigável do litígio entre a Oi e as Compradoras, o que foi rejeitado pelas Compradoras por meio de petição apresentada em 20 de outubro de 2022.

Após uma série de recursos por parte das Compradoras infrutíferos, em 19 de outubro de 2022 a TIM depositou seu valor correspondente em juízo, em 20 de outubro de 2022 a Telefônica depositou em juízo seu montante, e em 25 de outubro de 2022 a Claro depositou em juízo, todos referentes aos valores retidos, mencionados no parágrafo acima.

Nada obstante o prazo e procedimentos previstos em contrato para que as partes tentassem alcançar, de boa-fé, um acordo quanto ao tratamento a ser dado em relação ao ajuste pós-Fechamento e à Perda notificada, em 3 de outubro de 2022, as Compradoras apresentaram requerimento de instauração de procedimento de arbitragem em face da Oi, na Câmara de Arbitragem do Mercado, sob alegação de suposto descumprimento contratual por parte da Companhia no que se refere aos procedimentos de ajuste de preço previstos no Contrato UPI Ativos Móveis. Em 20 de outubro de 2022, a Companhia apresentou Resposta ao Requerimento de Instauração de Arbitragem, aceitando a instauração da mesma e apresentando seus pedidos contrapostos. Atualmente as partes seguem implementando os procedimentos preliminares para a instauração de arbitragem, sendo certo que, até o momento, o Tribunal Arbitral ainda não foi constituído.

Transferência da base de TV DTH e utilização da infraestrutura IPTV

2.10 Planos de negócios

Em 28 de abril de 2022, a Companhia celebrou com a Sky Serviços de Banda Larga Ltda. Um *term sheet* para (i) permitir eventual transferência da integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH, em continuidade à sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH; e (ii) a utilização da infraestrutura de IPTV da Oi e a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura pela Sky, com o compartilhamento das receitas auferidas entre Oi e Sky.

O processo de negociação para venda da operação se encontra em andamento e, além das condições firmadas entre as partes, a efetiva conclusão da operação estará sujeita, ainda, ao cumprimento de condições precedentes, como a obtenção de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), entre outras.

Sites de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa

Em 29 de julho de 2022, a Companhia recebeu proposta vinculante da NK 108 Empreendimentos e Participações S.A. ("NK 108"), afiliada da Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., para a aquisição de 8.000 sites de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa, especificados na referida proposta, acompanhados de todos seus ativos, contratos, direitos, obrigações, licenças e demais equipamentos necessários para a sua operação ("Itens de Infraestrutura"), na forma da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Lemvig RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Lemvig") para cujo capital social a Companhia contribuiu os Itens de Infraestrutura.

Em 22 de agosto de 2022, realizou-se no Juízo da Recuperação Judicial a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da Lemvig, quando não foram apresentadas outras que não a Proposta Vinculante da NK 108. Assim, a NK 108 foi declarada vencedora do procedimento competitivo de alienação da UPI Torres 2, após manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial.

Assim, em 7 de dezembro de 2022, a Oi e a NK 108 celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato Torres 2"), com interveniência da Lemvig, tendo por objeto a alienação das ações de emissão da Lemvig à NK 108 ("Operação Torres 2"), no valor de até R\$1.697.000, sujeito a eventuais ajustes no preço e retenções nos termos do Contrato Torres 2, dos quais até R\$1.088.000 serão pagos na data de fechamento da Operação e até R\$609.000 serão pagos até 2026, a depender da quantidade futura de Itens de Infraestrutura a serem utilizados após 2025 e de outras condições contratuais.

O Cade aprovou a Operação Torres 2, sem restrições, em 5 de janeiro de 2023, e a ANATEL concedeu a respectiva anuência prévia, que constitui uma das condições precedentes para a implementação da referida operação, com substituição, mediante contrato, de parte da infraestrutura de torres reversíveis por bens de terceiro.

A efetiva conclusão da Operação Torres 2, com a transferência das ações representativas da totalidade do capital social da Lemvig para a NK 108, está sujeita, ainda, ao cumprimento das

2.10 Planos de negócios

condicionantes impostas pela Anatel – dentre elas a restrição de uso de caixa procedente da venda de torres reversíveis a determinados pagamentos associados à alienação das referidas torres, mediante acompanhamento da Anatel – e de outras condições precedentes previstas no Contrato Torres 2.

b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva, já divulgados pela Companhia

Os Diretores da Companhia esclarecem que as aquisições que podem influenciar de forma material a atual capacidade produtiva referem-se ao volume de equipamentos ONTs para atendimento à demanda por conexão de fibra de novos clientes.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os Diretores esclarecem que a Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas ou utiliza pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos e serviços internamente. O modelo de negócio operado pela Companhia, baseado na prestação de serviços de comunicação e TI, é alavancado através de soluções inovadoras em parcerias com fornecedores de referência, inclusive na etapa de mapeamento das necessidades de clientes e testes de soluções durante o desenvolvimento de novos produtos de parceiros, para manutenção de um portfólio relevante e dinâmico.

À exemplo deste processo, podemos citar o Oi Fibra X, que nasceu de uma necessidade de mercado, de maior cobertura interna da residência. Em maio de 2022, entendendo que a demanda não possuía relação com velocidade ofertada ou equipamento instalado (ONT), a Companhia idealizou um produto que criaria uma rede inteligente no ambiente, através das tecnologias *Mesh* e FTTR, sendo a última uma tecnologia pioneira no Brasil, em parceria com a Huawei e comercializada em exclusividade para a Oi.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, demos início a implementação do nosso Plano Plurianual ESG para os anos de 2022, 2023 e 2024. O plano foi desenvolvido tendo como principais referências o Pacto Global da ONU,

2.10 Planos de negócios

do qual a Oi é signatária desde 2009, e os requisitos do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3). Sua estrutura visa garantir a evolução contínua e, com isso, a cada ano buscando excelência em um aspecto principal, sem nos esquecermos dos demais:

- **2022 – Estabilização** - Consolidar as iniciativas à luz da nova Oi considerando foco prioritário em ações internas
- **2023 – Expansão** - Ampliar a atuação do ESG da Oi, incorporando iniciativas que incluam a cadeia de negócios da Oi
- **2024 – Consolidação** - Atuar em causas que geram impactos positivos para a sociedade (ciclo sustentável ESG Oi)

As iniciativas implementadas para melhoria da gestão corporativa de sustentabilidade da Oi possibilitam avanços contínuos em busca das melhores práticas na condução dos temas relacionados a ESG.

A evolução no atendimento dos requisitos também se reflete com a inclusão dos pilares de ESG na estratégia da Oi, estando embasado em práticas reconhecidas pelo mercado e vem sendo trabalhado de forma transversal dentro da companhia. Assim, consolidamos as ações de responsabilidade socioambientais e de governança, o que nos leva a alcançar os objetivos de negócio enquanto contribuímos para a sociedade.

Foram dezenas de iniciativas desenvolvidas ao longo do ano de 2022 para alcançarmos esse resultado, fruto do trabalho de uma equipe multidisciplinar que envolve diversas áreas da Companhia. Abaixo destacamos algumas delas:

Ambiental

Em 2022, estabelecemos o nosso Sistema de Gestão Ambiental, um conjunto de diretrizes, regras, orientações, controles, parâmetros e estrutura que alicerçam o nosso desempenho e que nos possibilita avaliar e controlar nossos impactos ambientais. O SGA nos permite alcançar uma gestão integrada e ampliada, canalizando os esforços de equipes multidisciplinares para se conectar com a estratégia da companhia. Nosso SGA foi desenvolvido com base nos requisitos da ISO 14.001 (norma internacional para desenvolvimento de Sistemas de Gestão Ambiental), nos critérios de avaliação do ISE B3 e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Nossa gestão de resíduos também visa à redução de impactos, alinhada ao modelo de consumo consciente, à tendência de economia circular e à preocupação com o meio ambiente. Com a logística reversa da companhia, coletamos os materiais descartados por operações para encaminhamento a reciclagem e fazemos a recuperação de equipamentos eletrônicos, após o encerramento de contratos com os clientes, para que novos usuários possam utilizá-los.

A gestão energética também está inserida no plano estratégico da Oi e busca diversificar a sua matriz de consumo, migrando para fontes renováveis com menor custo, além de contribuir com

2.10 Planos de negócios

o meio ambiente, principalmente no combate às mudanças climáticas e redução das emissões de carbono.

A estratégia é pautada nos seguintes objetivos:

- Reduzir custos com energia
- Planejar e controlar o gasto energético
- Ampliar os projetos estruturantes de fontes alternativas
- Criar na Companhia uma mentalidade de racionalização de consumo

Social

Desde 2001, o Oi Futuro – Instituto de Inovação e Criatividade para impacto social da Oi – é responsável pelo investimento social privado da Oi. Por meio de sua atuação, a Companhia reforça o seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva, alinhada à agenda ESG e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU. Constituído legalmente como uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país, trabalhando para impactar positivamente a vida das pessoas.

No ano de 2022, o instituto seguiu o seu propósito de conectar e impulsionar pessoas e organizações para o apoio e realização de projetos transformadores por meio do uso inovador e criativo das novas tecnologias. Com ações nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social, o Oi Futuro promoveu e democratizou a vida digital para a construção de novos futuros para todos e todas.

Olhando para os nossos colaboradores, realizamos ações de desenvolvimento e capacitação em novas competências que apoiaram a nossa transformação, suportadas por um programa contínuo de alinhamento e feedback, diversas opções de aprendizagem (Universidade Oi Educa e parceiros), palestras (Momento Conhecimento) e projetos multidisciplinares. Nessa proposta, programas de *Upskilling* e *Reskilling* foram usados para preencher gaps de formação, mudança de carreira e preenchimento de vagas.

Em Saúde e Segurança do Trabalho, nossa boa performance tem sido sustentada pelas melhores práticas preventivas, alinhadas às tendências de mercado, e na definição de métodos e gestão de processos, com foco em um ambiente de trabalho seguro. Oferecemos benefícios de assistência médica, hospitalar e odontológica, e auxílio-medicamentos aos empregados e seus dependentes. Além disso, monitoramos a condição laboral através de exames médicos (admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional), e diversas ações e programas de cuidado.

Além disso, formalizamos o modelo de trabalho remoto como prioritário, fato que também impactou o processo de comunicação com o público interno. Os esforços com o público interno

2.10 Planos de negócios

envolveram manter a mobilização operacional, alinhada com o direcionamento estratégico, assegurar percepção de cuidado com as pessoas, fortalecer a cooperação estratégica, impulsionar a agenda ESG e ser transparente sobre a reestruturação organizacional. A comunicação interna continuou incentivando novos comportamentos e a adoção de uma mentalidade mais ágil, analítica e clientecentrada, para pautar o novo modelo de trabalho da Companhia (mais colaborativo), que será motor de uma nova atuação no mercado.

Já na frente de Diversidade, avançamos em uma agenda estruturada em parceria com a CKZ Consultoria para manutenção e progresso do tema na Oi. As pautas de Diversidade e Inclusão foram discutidas de forma mais transversal e integrada com outras áreas da Companhia, através do lançamento do Grupo Multifuncional de Diversidade e Inclusão, garantindo uma narrativa forte e consistente. Realizamos um diagnóstico individual para termos uma amostragem do entendimento do tema com grupos de colaboradores, incluindo a alta liderança e aplicamos o segundo Censo na Companhia.

Seguimos trabalhando para aumentar a representatividade nos cargos de liderança da Companhia, a prova disso foi o início da segunda turma do Programa Liderança Feminina, uma jornada de autodesenvolvimento em parceria com a Lee Hecht Harrison Consultoria, para provocar o empoderamento das mulheres em cargos de gestão na Oi.

Governança

A Companhia considera a gestão de riscos uma ferramenta indispensável para seu sucesso empresarial e atingimento de objetivos estratégicos. Trata-se de parte integrante e fundamental da governança necessária para o crescimento sustentável, rentabilidade, preservação e geração de valor para a empresa, acionistas e clientes, dado que este processo permite a identificação não somente de ameaças, como também de oportunidades.

Neste sentido, ao longo de 2021 e 2022 foram implementadas medidas para aperfeiçoar e tornar ainda mais efetivo este processo na Companhia. Este conjunto de iniciativas é regido pela Política de Gestão de Riscos revisada e aprovada periodicamente pelo Conselho de Administração e disponível no site de relações com investidores da Companhia, compondo um verdadeiro sistema de gerenciamento de riscos que inclui inter-relações entre riscos, estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, visando a maior cobertura e abrangência possível para se antecipar e prevenir possíveis materializações e efeitos adversos.

Diretamente conectado ao gerenciamento de riscos, o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios ("SGCN") da Oi visa a prevenção e tratamento de eventos que possam afetar a continuidade dos seus negócios e operações, preservando ativos e a prestação dos serviços para o que temos de mais valioso, nossos clientes.

A metodologia do SGCN Oi é baseada na ISO 22301, melhores práticas de mercado e requisitos regulatórios, e consiste no desenvolvimento de planos estruturados multidisciplinares e integrados em um ciclo composto das etapas de Planejamento, Preparação, Resposta, Retomada e Melhoria Contínua, incluindo para além de medidas preventivas, protocolos de gerenciamento

2.10 Planos de negócios

de crises e tempestivo tratamento de eventos de risco de modo a assegurar o prosseguimento dos processos de negócio mais críticos, evitando que eles sofram danos significativos e provoquem perdas.

No que tange à privacidade e proteção de dados, a Oi lançou em 2021 o Programa Oi de Privacidade, inspirado no ideal de que “Pessoas vêm antes de Dados”. Trata-se do manifesto e posicionamento da empresa sobre o tema, que compreende as ações voltadas à observância das leis de proteção de dados pessoais. Cumpre destacar ainda que todo o trabalho de privacidade resultou na nota mais alta da Oi na história da Pesquisa “Quem Defende seus Dados” em 2022, avaliação independente, promovida pelo InternetLab, das empresas provedoras de acesso à Internet que tem o objetivo de incentivar a adoção de melhores práticas de privacidade pelo mercado.

Nossa reputação é um dos nossos maiores ativos, e para garantir que ela seja preservada contamos com direcionadores que orientam a conduta dos nossos colaboradores, terceiros, parceiros de negócio e fornecedores, reforçando o compromisso ético da Oi em todas as relações, promovendo a transparência e o fortalecimento de nossos valores organizacionais. Em 2022, com o apoio de ferramentas e com foco em prevenção, detecção, remediação e monitoramentos, realizamos a melhoria contínua do Programa de Conformidade.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os Diretores da Companhia esclarecem que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui políticas de gerenciamento de riscos formalizadas e publicadas internamente, tais como as Políticas de "Gestão de Riscos Corporativos", e de "Tesouraria" (Política de Investimentos, Política de *Hedge* e Política de Captações). Esta segunda teve sua última revisão em setembro de 2020 pelo Conselho de Administração (CA).

Em 2020, a Companhia consolidou seu processo de revisão e implementação de sua Política e metodologia de gestão de riscos corporativos estando aderente as normas e melhores práticas relacionadas, tais como "COSO ERM" e "ISO 31000". Implementada em 2019 a Política passou por revisão para atualizações e teve sua última versão vigente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião ordinária realizada em 27 de outubro de 2021.

A Companhia monitora os principais riscos de mercado através das regras definidas em suas políticas de Investimento, de *Hedge* e de Captação, que conjuntamente compõem a Política de Tesouraria. Aprovada pelo Conselho de Administração no dia 4 de fevereiro de 2010, atualizada em janeiro de 2016 e aditada em agosto de 2017. Em setembro de 2020, houve uma nova revisão aprovada pelo Conselho de Administração.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Oi acredita genuinamente na gestão de riscos como uma ferramenta indispensável para seu sucesso empresarial e atingimento de objetivos estratégicos. Trata-se de parte integrante e fundamental da governança necessária para o crescimento sustentável, rentabilidade, preservação e geração de valor para a empresa, acionistas e clientes, dado que este processo permite a identificação não somente de ameaças, como também de oportunidades.

Riscos são inerentes a qualquer atividade de negócio, por isso é preciso conhecê-los e gerenciá-los adequadamente. Um efetivo processo de gestão de riscos vai muito além de apenas estar aderente a normas e melhores práticas de mercado, é preciso ter como finalidade prevenir e gerenciar os riscos de maneira eficaz, permitindo que responsáveis, em todos os níveis da governança, tenham acesso tempestivo a informações suficientes relacionadas aos riscos aos quais estão expostos, de forma a suportar decisões e definir estratégias de mitigação que diminuam a probabilidade e minimizem eventuais impactos a níveis aceitáveis.

A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juros, que impactam: (1) os passivos da Companhia denominados em moeda estrangeira; (2) os passivos da Companhia denominados em CDI e (3) o valor justo e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

o fluxo de caixa de suas operações financeiras. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar as exposições a estes riscos, estabelecer parâmetros de risco aceitáveis com base na Política de *Hedge* observada pela Companhia e mencionado no item "ii" abaixo.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Em relação aos riscos financeiros, em 2021 estivemos expostos, principalmente, ao risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio, que impactam os nossos passivos denominados em moeda estrangeira, quais sejam, Dólar e Euro, além das variações nas taxas de juros, que afetam o fluxo de caixa das operações financeiras. Focada em proteger o fator de risco "moeda", para minimizar esse risco, a Companhia manteve a contratação de operações de proteção para a exposição cambial de fluxo de caixa de curto prazo.

Já o risco de liquidez é constantemente monitorado para garantir que o Fluxo de Caixa Operacional e os recursos disponíveis sejam suficientes para honrar os compromissos de curto prazo assumidos com entidades externas, além de necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar este risco, a Companhia estabelece um Caixa Mínimo, que é monitorado mensalmente e, caso haja possibilidade de desenquadramento em um horizonte prospectivo de no mínimo 6 meses, os alertas, reportes e ações são disparados.

Em relação ao risco de crédito, a Companhia o mitiga distribuindo as operações em instituições de primeira linha, ou seja, em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano, evitando, ainda, o risco de concentração.

De forma mais ampla, ao longo de 2021 foram inúmeras as medidas implementadas para aperfeiçoar e tornar ainda mais efetivo este processo na companhia, entre elas destacamos:

- Processo de **risk assessment mais conectado a estratégia**

Riscos e fatores de riscos corporativos foram e são atualizados junto a Alta Administração e Conselho com foco no plano estratégico da Nova Oi.

- Criação de **portfólios de riscos específicos**

Para além de riscos corporativos estratégicos também foram mapeados portfólios específicos com a finalidade de dar maior profundidade e atenção adequada a cada tema como, por exemplo, Portfólios de riscos de Integridade, Privacidade, ESG, Meio Ambiente e Saúde e Segurança do Trabalho.

- Empoderamento de **Risk Owners** e fortalecimento do **accountability**

Para cada risco são designados executivos responsáveis e facilitadores que periodicamente prestam constas sobre a "jornada do risco" na Companhia.

- Estabelecimento de **comitês e fóruns executivos especializados**

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Estes comitês e fóruns são compostos por times multidisciplinares de alto nível técnico para supervisão e assessoramento da Alta Administração sobre riscos específicos conforme natureza e escopo de cada comitê e portfólio.

- **Monitoramento contínuo** por fator de risco

Por trás de cada risco existe uma camada de diversos fatores que são possíveis gatilhos para sua materialização. Diante disto, passamos a monitorar ações e indicadores não mais apenas.

Em 31 de dezembro de 2022, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente contratos de NDF – *Non Deliverable Forward* de US\$/R\$ e, referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Operações de termo em moedas – resultado	(115.742)	10.198	(115.742)	10.198
Operações de termo em moedas – resultado	(2.244)	1.437	(2.244)	1.437
Total	(117.986)	11.635	(117.986)	11.635

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos *hedges* cambiais designados para fins de contabilidade de *hedge*:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de " <i>hedge</i> " em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2021	(218)	(218)
Amortização dos " <i>hedges</i> " ao resultado	(150)	(150)
Saldo em 2022	(368)	(368)

Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

De acordo com a Política de *Hedge*, a Diretoria de Finanças acorda com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os riscos de mercado a que a Companhia e suas subsidiárias estão expostas são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão.

A quantificação da exposição a estes fatores de risco é realizada a partir do saldo das dívidas, aplicações e derivativos que estão sujeitas à possibilidade de flutuações de moedas (principalmente, dólar norte-americano) e taxas de juros (CDI e TR), atualmente.

Após a homologação do Plano de Recuperação Judicial e a conclusão do processo de novação de suas dívidas, em 31 de julho de 2018, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia de *hedge* para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Diferentemente de anos anteriores, a Companhia não possui mais como Diretriz de Riscos um Impacto Máximo no Lucro Líquido. Em linha com os pilares da Política de *Hedge*, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos *covenants* financeiros, através do monitoramento da exposição cambial.

Para minimizar esse tipo de risco, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia manteve a contratação de operações de proteção para a exposição cambial de fluxo de caixa de curto prazo, na modalidade contrato a termo em moeda para os juros do “*Bond*” Qualificado vencidos em fevereiro e agosto de 2022, bem como para a parcela relevante das despesas denominadas em Dólar até janeiro do ano vigente

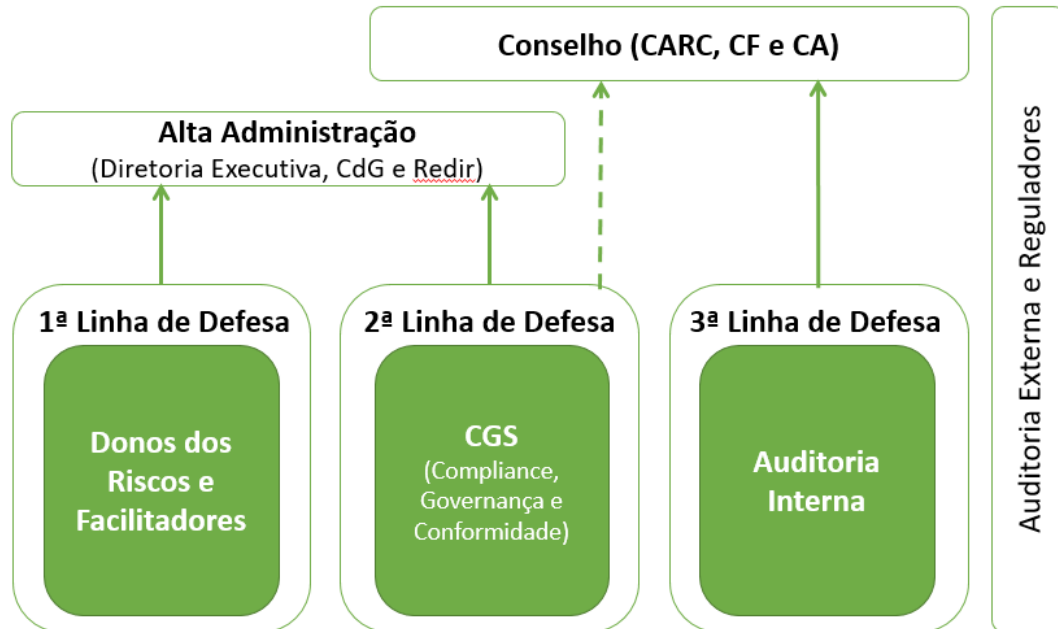
Até abril do ano de 2022, a Companhia contratava derivativos para a proteção do pagamento dos juros do “*Bond*” 2026 vencidos em janeiro do ano vigente, além dos valores objeto da oferta de recompra destas notas. Para esta oferta, a proteção da exposição cambial vinha sendo realizada via “*hedge*” natural, NDFs e através de uma operação de “*hedge contingent*”. Nesta operação, a Companhia fixou o câmbio de uma parcela da oferta mandatória, mas que só se tornaria efetiva na concretização da venda da UPI Ativos Móveis. Com isso, o total de “*hedge*” para o “*tender offer*” do “*Bond*” 2026 chegou a 60% do valor total. Em função da conclusão da oferta o “*hedge contingent*” foi liquidado e os NDFs atrelados a esta operação não foram rolados desde então.

O percentual de cobertura cambial para os efeitos da exposição cambial no resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados é de 38,9%. Neste percentual estão incluídos os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A estrutura organizacional da Companhia envolvida no gerenciamento de riscos e controles baseia-se no modelo de 3 linhas de defesa, assegurando o adequado tratamento dos riscos em todos os níveis, conforme ilustrado abaixo:



Para Companhia, o gerenciamento de riscos e controles não é um evento isolado de responsabilidade de uma única área, mas faz parte de um processo estruturado que requer o engajamento de todos na empresa. Abaixo listamos um resumo das responsabilidades dos principais agentes envolvidos no processo de gestão de riscos na Oi:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos da Empresa.
- Aprovar as diretrizes para o estabelecimento da estrutura, governança e processo de gestão de riscos.
- Aprovar o grau de apetite a risco aceitável da Empresa.
- Deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das estratégias.
- Avaliar periodicamente os riscos reportados e acompanhar as ações de gestão de riscos.
- Garantir que os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estejam estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos corporativos.

COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E CONTROLES (CARC)

- Validar as diretrizes para a estrutura, governança e o processo de Gestão de Riscos.
- Propor o apetite a risco da Empresa ao Conselho de Administração.
- Recomendar ao Conselho de Administração as edições desta política.
- Supervisionar os controles internos e gerenciamento de riscos.
- Compreender, avaliar e acompanhar o mapa de riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Efetuar o reporte ao Conselho de Administração sobre os níveis de risco (altos e significativos).
- Recomendar o aperfeiçoamento da estrutura de Governança de Gestão de Riscos (metodologia, processos, sistemas).

CONSELHO FISCAL (CF)

- Conhecer os riscos da Companhia e definir/dialogar com os agentes integrantes do processo de gestão de riscos sobre os tipos, formatos e periodicidade da informação de que necessita para cumprir seu dever de fiscalização buscando reunir dados para subsidiar a formação de sua opinião sobre atos de gestão e demonstrações financeiras.

COMITÊ DE GESTÃO (CdG)

- Propor diretrizes e estratégias para a gestão de riscos.
- Revisar o planejamento de trabalho para a gestão de riscos.
- Avaliar o mapa de riscos e o tratamento dos riscos
- Aprovar os Donos dos Riscos.
- Avaliar o andamento das ações para a mitigação dos riscos (planos de ação).
- Acompanhar e garantir o reporte das mudanças na avaliação de criticidade dos riscos para o CARC.
- Comunicar à área de Gestão de Riscos a existência de riscos ainda não mapeados e tratados ou mudança significativa na probabilidade, no impacto ou qualquer outra característica do risco.
- Garantir que o mapa de riscos seja atualizado junto aos Executivos da Empresa sempre que houver atualizações no planejamento estratégico da Empresa ou sempre que fatos relevantes ocorrerem.
- Entender a metodologia de cálculo do apetite a risco.
- Monitorar e, quando necessário, solicitar a atualização do apetite ao risco.

DONOS DOS RISCOS E FACILITADORES

- Efetuar revisão técnica do risco, do fator deste risco, das respostas e da avaliação do risco e elaborar a ficha de riscos.
- Coordenar a implantação das ações necessárias, inclusive com o envolvimento de outras áreas, alinhadas ao plano de resposta para a mitigação dos riscos.
- Desenvolver indicadores para monitorar os resultados ao risco sob gestão.
- Efetuar reportes periódicos a área de Gestão de Riscos sobre o desenvolvimento de ações para a mitigação dos riscos.
- Realizar a avaliação do risco em relação à sua probabilidade e ao seu impacto.
- Comunicar à área de Gestão de Riscos eventuais mudanças significativas na probabilidade e no impacto ou qualquer outra característica do risco.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLAINE (GRC)

GERÊNCIA DE RISCOS E CONTROLES

- Garantir ao Conselho de Administração e CEO o acesso à informação clara e objetiva sobre os principais riscos e como estes são geridos de forma tempestiva.
- Ser a guardiã da metodologia de gestão de riscos da Empresa.
- Estabelecer e difundir a metodologia de gestão de riscos na Empresa.
- Atuar como link entre o Dono de Risco, CDG e CARC.
- Transmitir conhecimento sobre riscos e gestão de riscos aos colaboradores.
- Estabelecer e manter atualizados a Política e o Manual de Gestão de Riscos, assim como padrões e mecanismos de reporte próprios de informações.
- Propor a metodologia do cálculo do apetite a risco.
- Calcular e atualizar o valor do apetite a risco anualmente ou quando da ocorrência de eventos relevantes.
- Promover a disseminação de uma cultura de gestão de riscos.
- Assessorar o Dono do Risco na definição ou identificação de iniciativas mitigatórias e indicadores para o monitoramento dos riscos.
- Manter e coordenar a atualização do mapa dos riscos.
- Revisar e atualizar a Régua de Probabilidade e Impacto.
- Reportar o mapa de riscos e o status das ações mitigatórias no CDG e CARC.
- Monitorar as exposições de riscos da Empresa, a adequação dos planos de resposta e a eficácia dos controles internos. Definir um plano de trabalho de controles internos baseado nos processos diretamente associados aos riscos corporativos.
- Assessorar donos e facilitadores no mapeamento de controles internos e processos que compõem o plano de respostas aos riscos.
- Reportar os resultados dos testes dos controles que atuam na mitigação de riscos corporativos.

AUDITORIA INTERNA

- Avaliar a efetividade dos mecanismos de controle e gestão de riscos quanto ao nível de confiabilidade, integridade, eficiência das operações e cumprimento com leis e regulamentos.

O gerenciamento de riscos financeiros é realizado considerando a estrutura consolidada do Grupo Oi em três níveis: estratégico, tático e operacional.

Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda, com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida.

No nível tático, cabe ao Comitê de Gestão de Riscos Financeiros supervisionar o cumprimento da Diretriz de Risco, níveis de exposição a riscos financeiros e enquadramento à Política de *Hedge*. O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros reúne-se mensalmente e é atualmente composto pelos administradores informados no item "ii" acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O controle operacional é realizado pela Gerência de Riscos Financeiros, responsável pelo monitoramento da aderência das operações financeiras à Política de *Hedge*, tendo implementado controles para assegurar tal objetivo.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos assegura com razoável segurança a efetividade das Políticas de gerenciamento de riscos adotadas, mas trabalha permanentemente no aperfeiçoamento contínuo destes mecanismos.

Com a aprovação da Política de *Hedge*, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, responsável pela supervisão do enquadramento a essa Política de *Hedge*, através da análise de apresentações realizadas em reuniões ordinárias mensais. Tais apresentações são elaboradas pela Gerência de Riscos Financeiros, que monitora a aderência das operações financeiras aos limites estabelecidos pela Política de *Hedge*, incluindo limites de concentração, qualidade de crédito de contrapartes e alçadas de aprovação para contratação de operações. Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de *Hedge*, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos *covenants* financeiros, se aplicável

A Gestão de Riscos Financeiros também faz parte de um processo mais amplo, que engloba o monitoramento dos controles internos de toda a Companhia, inclusive para o cumprimento da legislação e regulamentação norte-americana. A Diretoria de Controladoria da Companhia elabora um relatório de monitoramento da eficácia do ambiente de controles para todos os processos críticos da organização, onde inclui-se o processo de Gestão de Riscos Financeiros, relatório este que é enviado para os responsáveis pelos processos. O envio deste relatório objetiva a mitigação dos riscos corporativos, por meio de sua adequada gestão dos controles e eventuais implementações de planos de ação.

Considerando a estrutura detalhada acima, entendemos que a estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade das políticas encontram-se adequadas.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O monitoramento do nosso ambiente de controles internos é um processo contínuo e planejado com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia, manter razoável segurança do atingimento dos objetivos, bem como suportar a preparação das demonstrações financeiras para apresentação externa de acordo com os princípios contábeis aplicáveis.

Nosso sistema de controles internos é baseado em modelos internacionalmente reconhecidos como COBIT (*Control Objectives for Information and related Technology*) e COSO (*Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission*), fazendo uso de fases estabelecidas nesses frameworks, tais como: (i) Controles de alto nível (*Entity Level Controls*); (ii) Controles de Sistema de Informação (*IT Level Controls*); e (iii) Controles de nível dos processos (*Process Level Controls*). Adicionalmente, foram identificados os objetivos necessários para assegurar que os processos, sistemas e unidades de negócios com impacto nos relatórios financeiros possuem controles adequados e em operação, mitigando os riscos relacionados.

Especificamente sobre o atual grau de efetividade do nosso ambiente de controles, vale destacar que em 2022 a Companhia teve como uma de suas principais prioridades a tratativa das causas das deficiências significativas referentes aos temas de "Carve-Out" e "Contas a Receber" reportadas pelo auditor externo certificador referente ao exercício de 2021. As medidas adotadas resultaram na redução parcial do nível de risco da deficiência em 2022, mantendo o tema de "Contas a Receber" como baixo nível de criticidade. A deficiência significativa de "Carve Out" foi mitigada.

Ressaltamos, que durante o exercício de 2022, não foram observados novos pontos no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado pelo auditor independente à Companhia que pudessem impactar a avaliação da Administração em relação à eficácia dos controles internos.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Vide item 5.1.b.iii deste formulário.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia possui uma clara governança estabelecida para supervisão e acompanhamento do gerenciamento de riscos e controles internos. Nesta governança os resultados das avaliações de

5.2 Descrição dos controles internos

riscos e controles, bem como ações de melhoria necessárias, são tempestivamente reportados e discutidos com todos os agentes envolvidos conforme mencionados nos papéis e responsabilidades descritos no item 5.1.b.iii deste formulário.

Em resumo, a eficiência do ambiente de controles na mitigação dos riscos é supervisionada pela Alta Administração (CEO, CFO e Diretoria Executiva) diretamente e/ou por meio de comitês executivos tais como CdG (Comitê de Gestão) e REDIR (Reunião de Diretoria Estatutária), bem como por órgãos de Conselho como Comitê de Auditoria, Riscos e Controles, Conselho Fiscal e próprio Conselho de Administração.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Durante o processo de auditoria do exercício de 2022 não foram observadas novas recomendações, reportadas pelo auditor independente, que pudessem impactar a avaliação da Administração em relação à eficácia dos controles internos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Estamos comprometidos em continuar a melhorar nossos processos e continuaremos a revisar diligentemente nossos controles e procedimentos de relatórios financeiros, a fim de garantir nossa conformidade com os requisitos e regras aplicáveis à devida apresentação de nossas informações financeiras.

Nesse sentido, reportamos abaixo ações tomadas e planejadas para melhorar o controle interno sobre relatórios financeiros:

Contas a receber (Correção de anos anteriores)

Os erros identificados foram devidamente corrigidos ainda no exercício de 2022 e planos de ação adicionais foram adotados expandindo as reconciliações e melhorias para outras contas contábeis.

Ao longo de 2021 conseguimos implementar substancialmente os planos de ações que nos permitiram aprimorar os processos, sistemas e controles internos prevenindo novas ocorrências ou recorrências de deficiências de mesma natureza.

5.2 Descrição dos controles internos

Adicionalmente, para os demais planos de ações ainda pendentes, temos como perspectiva concluir ao longo de 2023.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia estabeleceu políticas, controles e procedimentos, preventivos e detectivos, para mitigação dos riscos de integridade inerentes às suas atividades. A gestão de riscos implementada visa assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, o fortalecimento e a conformidade do ambiente de controles internos, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade do negócio, bem como disseminar a cultura de conformidade para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis à Companhia.

Os controles são revisados e auditados anualmente, e incluem dentre outras práticas, a avaliação de integridade de fornecedores e parceiros, patrocínios, franquias, consórcios para licitações públicas, vendas de ativos, fusões e aquisições. Na avaliação dos riscos de integridade, são realizadas verificações com relação a pessoas politicamente expostas (PPE), mídias negativas e listas restritivas, além de avaliação complementar sobre a maturidade do terceiro em termos de boas práticas de conformidade.

Para estabelecer as diretrizes e regras deste programa, a Companhia possui uma série de normativos, como o Código de Ética e Conduta, a Política Anticorrupção, o Guia de Boas Práticas no Relacionamento com Agentes Públicos e a Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades, que são revisados a cada 2 anos e formalmente aprovados pela Alta Administração.

De forma a identificar e permitir atuação tempestiva em casos de não conformidade é mantido um canal confidencial para reporte disponível para colaboradores e terceiros, e foram estabelecidas ferramentas de monitoramento, como *red flags* e indicadores de performance, que são executados mensalmente pela diretoria de Governança, Riscos e Compliance e reportados à Alta Administração, Comitê de Integridade e Comitê de Auditoria Riscos e Controles (CARC).

5.3 Programa de integridade

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Para gestão do tema, foi criada em dezembro de 2015, a Diretoria Governança, Riscos e Compliance, cuja a principal atribuição é a elaboração, implementação e o monitoramento do Programa de Conformidade da Companhia, programa este que aborda todas as ações necessárias para prevenir, detectar e sanar possíveis desvios de conduta ou condução de práticas ilícitas dos nossos colaboradores, fornecedores e parceiros, além de ilícitos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. A partir de 2023 a Diretoria de Compliance passou a ser denominada Diretoria de Governança, Riscos e Compliance. O Diretor da área responde diretamente ao Diretor Presidente da Companhia, e reporta periodicamente a evolução do programa ao Comitê de Auditoria, Riscos e Controle, comitê de assessoramento ao Conselho de Administração, e ao próprio Conselho de Administração. A estrutura de governança da companhia está disponível em: <https://ri.oi.com.br/governanca/conselhos-e-comites/>.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando: (a) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados; (b) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e (c) o órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em outubro de 2022. O Código de Ética e Conduta e demais normativos aplicam-se a todos os colaboradores próprios e terceiros representantes da companhia, diretores e membros do Conselho de Administração. Todos, independentemente de nível hierárquico e função exercida, devem obrigatoriamente aderir formalmente, bem como disseminar e respeitar as exigências estabelecidas nestes normativos. Para os nossos fornecedores, terceirizados, representantes e parceiros comerciais, a companhia criou o Guia de Condutas Esperadas de Terceiros, visando estabelecer as diretrizes éticas e de integridade em todas as atividades deste público com a companhia.

A companhia realiza campanhas de comunicação para disseminação da cultura de integridade e disponibiliza um treinamento de conformidade, em sua plataforma de treinamento *online* (Oi Educa), onde aborda temas sobre ética e demais temas relacionados, como conflitos de interesse, boas práticas no relacionamento com agentes públicos, anticorrupção, assédio moral, dentre outros, para a conscientização e capacitação de todos os colaboradores, incluindo os gestores e

5.3 Programa de integridade

a alta administração. A realização deste treinamento é obrigatória para todos os colaboradores da Companhia que ao final do curso, devem realizar uma avaliação sobre os temas abordados. Além deste treinamento, são realizados outros, presenciais ou virtuais, sobre diversos temas de Compliance, direcionados a áreas específicas, incluindo os membros da alta administração.

A companhia incentiva o diálogo entre os colaboradores como forma de tratar eventuais descumprimentos do Código de Ética e Conduta, entretanto, no caso de violação do código ou de outras políticas relacionadas, as penalidades são aplicadas de acordo com o Regime Disciplinar, podendo ser: Advertência Verbal, Advertência Escrita, Suspensão e Dispensa (com ou sem justa causa).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e (iv) o órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia disponibiliza um canal de denúncias, operado por empresa independente e amplamente divulgado, tanto internamente (Intranet Corporativa) como externamente (website da Oi e no Portal de Relações com Investidores), sendo gerido pela equipe de Auditoria Interna até o início de maio de 2021, quando passou a fazer parte da Diretoria de Governança, Riscos e Compliance. O canal de denúncia está disponível em <http://www.canalconfidencial.com.br/oi/> ou pelo telefone 0800 2822088, e todos os colaboradores, terceiros ou qualquer pessoa com ou sem vínculos com a Oi que identifique, com base em acontecimentos, uma suspeita ou evento de irregularidade que infrinja o Código de Ética e Conduta da Oi, normas internas ou a legislação vigente, em especial à Lei Anticorrupção (12.846/2013), pode registrar uma manifestação no Canal de Denúncias Oi.

O processo estabelecido garante que todas as denúncias sejam apuradas, sendo garantida a confidencialidade de todos os envolvidos assim como a não retaliação dos denunciante. As denúncias podem ser apresentadas anonimamente ou de forma identificada. O Comitê de Integridade é o órgão responsável por avaliar e recomendar a sanções em casos de desvios de conduta, e é formado por 4 (quatro) diretores da Companhia, provenientes de diversas áreas. As sanções pelo descumprimento do Código de Ética e Conduta, são aplicadas de acordo com o regime disciplinar da companhia, podendo ser executadas por meio de advertência verbal, escrita, suspensão ou rescisão do contrato de trabalho, independentemente de eventual abertura de processo judicial.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

5.3 Programa de integridade

Não há registros de casos de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3(três) exercícios.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificação das razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

O Código de Ética e Conduta e demais políticas que compõem o Programa de Conformidade são documentos públicos e estão disponíveis no Portal de Relações com Investidores. em <https://ri.oi.com.br/governanca/codigos-politicas-e-regimentos/>.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Quando comparado a 2021, os principais riscos de mercado ao qual a Companhia está submetida, quais sejam, câmbio e juros, não sofreram modificações. No entanto, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Com a conclusão da venda, ocorreu a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade do BNDES junto à Companhia, em linha com o disposto na Cláusula 4.2.5 do Plano e nos termos previstos no Contrato UPI Ativos Móveis.

Do mesmo modo, também foram integralmente quitadas como resultado da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, as Debêntures Oi Móvel 2ª Emissão, que possuíam garantias representadas pelos recebíveis advindos da referida alienação, pelas ações da Oi Móvel e pelos dividendos a receber que a Companhia tinha a receber da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. ("BrT Multimídia"), além de garantia fidejussória da Companhia.

Adicionalmente, em função da alienação mencionada, foi realizada a oferta pública mandatória dos "bonds" emitidos pela Oi Móvel em 30 de julho de 2021, com a adesão de 98,71% dos "bondholders". Com isso, para garantir 1,29% do total do principal emitido, permanece a estrutura de garantias representadas por recebíveis da Companhia e de suas controladas, além de garantia fidejussória prestada pela Companhia, sendo que todas somente serão exercidas na ocorrência de inadimplemento.

Em 9 de junho de 2022, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet Cabos Submarinos S.A., com a interveniência da V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A., BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP, na qualidade de acionistas do Investidor. Com a conclusão da Operação UPI InfraCo, ocorreu na mesma data a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais, da espécie com garantia real, para colocação privada, da 1ª emissão da V.tal, no valor total atualizado de R\$ 3.526.285, cujo pagamento foi efetuado com recursos provenientes da Parcela Secundária, que foram aportados pela Oi na V.tal, e utilizados para a recompra das ações preferenciais da V.tal que passaram a ser detidas pelos Debenturistas após a conversão das debêntures em ações da V.tal, em linha com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures.

Em 14 de dezembro de 2022, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu sentença decretando o encerramento da recuperação judicial das Empresas Oi.

A Companhia divulgou, então, Fato Relevante informando que a concessão da Recuperação Judicial representou importante marco para a transformação das operações das Empresas Oi, em busca de sua sustentabilidade de longo prazo, por meio da implementação do seu Plano Estratégico, com foco em (i) aceleração das receitas dos negócios "core" e busca e criação de novas fontes de receita, (ii) readequação da sua estrutura de custos, (iii) equacionamento dos passivos operacionais e regulatórios da concessão de telefonia fixa e suas operações legadas e

5.4 Alterações significativas

(iv) provimento de soluções digitais e conexões de fibra ótica que visam melhorar a vida das pessoas e empresas em todo o país.

Para maiores detalhes dos pré-pagamentos e da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, consultar a Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos e a Nota 1 – Informações Gerais.

A Companhia realiza monitoramento e análise crítica permanente do seu ambiente de riscos e controles associados, incluindo os riscos de mercado (risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez através das regras definidas em sua Política de Tesouraria, que engloba a Política de Investimentos, a Política de Hedge e a Política de Captação.

Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de *Hedge*, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos "covenants" financeiros, se aplicável.

O gerenciamento dos riscos financeiros é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Os demais riscos são tratados por outras áreas com o acompanhamento da Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade (GRC) que monitora todos os riscos corporativos da Companhia e seus controles internos de acordo com a Política mencionada no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Especificamente sobre eventuais alterações significativas e nossas expectativas sobre exposição aos principais riscos descritos na seção 4, destacamos o novo pedido de recuperação judicial pela Companhia em 2023. Em 31 de janeiro de 2023, a Companhia, requereu ao Juízo da Recuperação Judicial, em conjunto com suas subsidiárias PTIF e Oi Coop ("Requerentes"), o pedido de tutela de urgência cautelar para suspensão da exigibilidade de certas obrigações assumidas pela Companhia, visando a proteção do seu caixa, e, conseqüentemente, a continuidade das negociações com os seus credores de forma equilibrada e transparente. Em 3 de fevereiro de 2023, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 2 de fevereiro de 2023, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o pedido de Tutela de Urgência, mencionado acima.

Em 1 de março de 2023, as Requerentes ajuizaram novo pedido de recuperação judicial em caráter de urgência e no Fato Relevante divulgado em 2 de março de 2023, as Requerentes esclareceram que em função de diversos fatores, incluindo (a) a aproximação da data de encerramento dos efeitos da Tutela de Urgência; (b) as negociações ainda em andamento com os referidos credores financeiros da Companhia e seus assessores; (c) o cenário econômico-financeiro em que se encontram a Companhia e suas Subsidiárias, com dívidas vencidas e o potencial vencimento antecipado e cruzado de contratos financeiros celebrados; e (d) necessidade de manutenção da proteção legal contra potenciais execuções de credores e outras

5.4 Alterações significativas

medidas contra a Companhia e suas subsidiárias, o pedido de Nova Recuperação Judicial demonstrou-se a medida mais adequada para as Requerentes.

Em 16 de março de 2023, o novo pedido de recuperação judicial foi deferido, suspendendo prazos para o cumprimento de obrigações financeiras da Companhia e quaisquer execuções legais contra a empresa por parte de credores. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Com base nas informações disponíveis nesta data, a Companhia não tem motivos para acreditar que não será possível alcançar um acordo com a maioria dos credores das Empresas Oi. Adicionalmente o Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que as Empresas Oi poderão manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de recuperação judicial.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não existem outras informações que considere relevantes sobre esta seção.